

FRAGMENTE

Publicação Anual Nº 17 - Maio 2025 - Preço: 2€ - ESMAYC - ISSN 2182-6323



REVISTA ESCOLAR DE FILOSOFIA E PSICOLOGIA
MAIO 2025



FRAGMENTE 17

Revista Escolar de Filosofia e Psicologia
Colaboram neste Número:

Textos: Mariana Ramos, Matilde Luís, Suyanne Silva, Violeta Custódio, AT Sporsho, Abdulla Al Sami, Valery Sargsyan, Joana Faria, Inês Gonçalves, Francisca Menêres, Carolina Amara, Lucas Almeida Santos, Tony Singh, Natacha Costa, e Pietra Rodrigues,

Imagens: Alexandra Dubova, Alexandrina Vieira, André Sousa, Anna Rachel Guimarães, Anna Sophia Carvalho, Artur Podvymy, Catarina Fino, Catarina Paulino, Duarte Gomes, Fernando Cauã, Francisco Escada, Gabriela Jesus, Gonçalo Krus, Gonçalo Pereira, Guilherme Rodrigues, Ivan Vivas, João Pereira, Joana Cabrita, Joana Rosário, José Alves, Júlia Angeli, Júlia dos Santos, Lara Pereira, Lara Regueira, Larisa António, Leandro Lobato, Leonor Brito, Leonor Matos, Luna Silva, Leonor Duarte, Mansi Premji, Maria Amaro, Maria Fabrica, Maria Galvão, Maria Jacinto, Mariana Martins, Margarida Brandão, Marlene Lourenço, Matilde Gomes, Niraj Torres, Núria Gomes, Pravleen Kaur, Rafael Martins, Rita Lucas, Sara Pereira, Samuel Goetz, Tarcys Gonçalves, Tatiana Kovtsenyuk, Tobias Zizer, Tomás Gonçalves, Tiago Pais e Yasmin Alves.

Capa e Contracapa: Maria Fabrica
Fotografias e Grafismo: João Soares Santos

Impressão: AVCPRINT LDA - Malveira
Tel. 219750561 | email: info@avcprint.net
Tiragem: 120 Exemplares



Pravleen Kaur

Sumário

Fragmente - Apresentação	
Leonor Martins e Paula Pires.....	4
Um certo tom de azul	
Mariana Ramos.....	5
De Cleópatra a André Ventura a Indução ao serviço da História	
Matilde Luís.....	7
Como saber se somos a mesma pessoa ao longo do tempo?	
Suyanne Silva.....	10
Terão os comportamentos observados no decorrer da infância dos seres humanos um papel crucial no desenvolvimento de um caráter violento?	
Violeta Custódio.....	15
Genocídio: Ontem e Hoje	
AT Sporsho, Abdulla Al Sami, e Valery Sargsyan.....	19
Seria possível resistir ao regime Nazi?	
Joana Faria	22
Será a pena de morte legítima?	
Inês Gonçalves.....	25
A boa morte no cinema	
Francisca Menêres.....	28
A legitimidade da desobediência civil: o exemplo de Antígona	
Carolina Amaral	32
Solidão na era da Globalização	
Lucas de Almeida Santos.....	36
Inteligência Artificial: com ou sem limites?	
Tony Singh.....	41
Deverão os artistas expressar as suas posições políticas sem limites?	
Natacha Costa	44
Sociedade sem classes: entre a utopia e a realidade	
Pietra Rodrigues.....	47

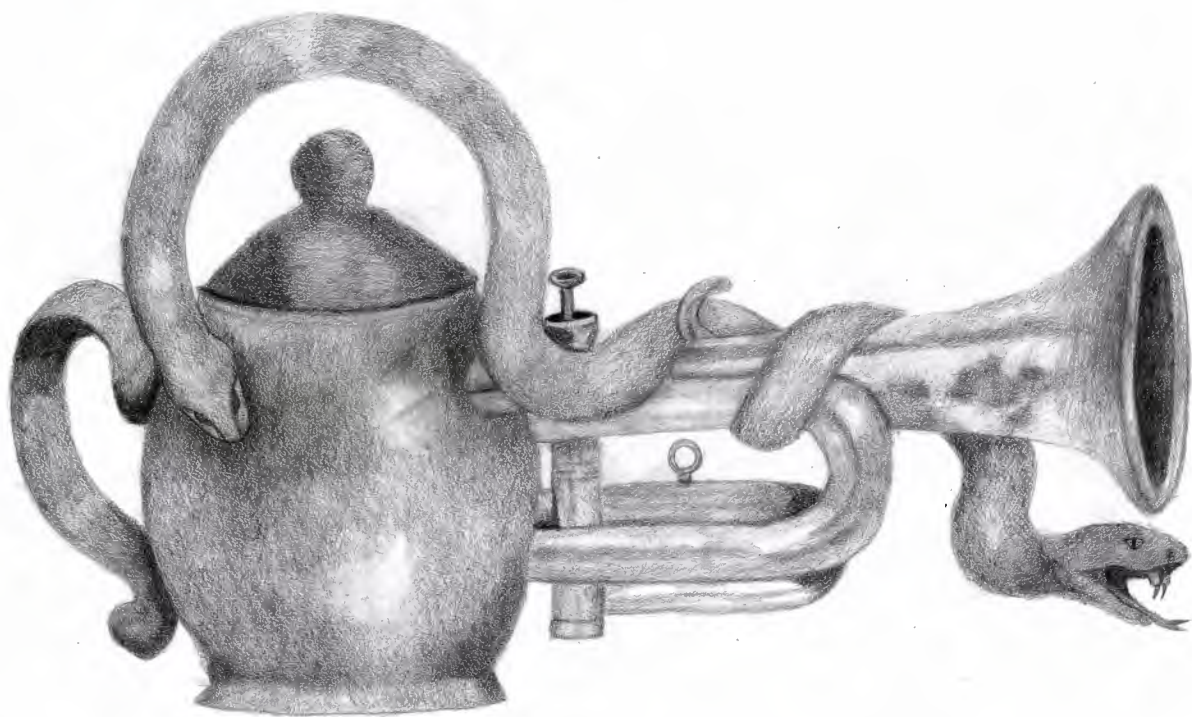
Larisa António



Mansi Premji

Coordenação de Textos:
Leonor Martins
Paula Pires
Colaboração:
Leonor Martins
Francisco Oliveira

Sara Pereira



FRAGMENTE APRESENTAÇÃO

Bem-vindos à revista *Fragmente* da ESMAVC, um espaço de liberdade e criatividade que vai ao encontro dos interesses dos alunos, promove a curiosidade, o trabalho de pesquisa e continua a ser um momento desafiante e motivador para os alunos.

A *Fragmente* é, assim, um convite à curiosidade intelectual, à criatividade sobre questões do conhecimento e da vida. Nos ensaios valorizamos a argumentação e a expressão pessoal promovendo uma abordagem aberta sobre temas a que os nossos alunos dão voz.

Estamos na 17ª edição desta revista escolar, com publicação anual, e que continua a ser um estímulo para a partilha de ideias, novas perguntas, para o pensamento crítico e a reflexão fundamentada.

A *Fragmente* é uma revista constituída por ensaios no âmbito das disciplinas de Filosofia, Psicologia e pelos trabalhos dos alunos de Artes Visuais, que enriquecem as nossas páginas e acrescentam diversidade aos processos comunicativos, estimulando competências essenciais ao mundo atual e previstas no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

No presente ano, os ensaios têm um âmbito alargado procurando ir ao encontro de uma diversidade de questões motivadoras da reflexão dos alunos. Nesta edição os textos exploram temas que vão desde a epistemologia, à ética prática, à inteligência artificial ou à política, entre outros.

Leonor Martins e Paula Pires

Agradecimento

O Grupo disciplinar de Filosofia e a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho agradecem a gentileza e atenção da Junta de Freguesia das Avenidas Novas que financiou a impressão deste número.

Maria Galvão



Um Certo Tom de Azul

*De acordo com o princípio da cópia de David Hume,
uma pessoa que nunca tenha visto uma determinada cor,
não seria capaz de ter uma ideia da mesma.*

Mariana Ramos

A questão que proponho discutir neste ensaio é a seguinte: será o contraexemplo do tom de azul desconhecido suficiente para abandonar o princípio da cópia de David Hume?

Começemos por esclarecer em que consiste o princípio da cópia (1) e compreender o alcance do contraexemplo (2).

(1) David Hume organizou os conteúdos da mente, que chamou de percepções, da seguinte forma: as percepções são divididas em impressões e ideias, que são, por sua vez, divididas em simples e complexas. As impressões simples são a matéria-prima das impressões complexas, tal como as ideias simples são a matéria-prima das ideias complexas. As ideias, sejam simples ou complexas, são o resultado das impressões simples ou complexas de que provêm. À relação entre impressões e ideias, David Hume deu o nome de Princípio da Cópia: as ideias são uma 'cópia' enfraquecida das impressões, isto é, da experiência sensível imediata. Defende que não existem ideias inatas, uma vez que as ideias que correspondem a questões de facto derivam das impressões (são "a posteriori"). Todas as ideias têm, direta ou indiretamente, uma impressão na sua origem. A ideia de maçã, por exemplo, é complexa, uma vez que resulta da combinação de uma série de impressões, complexas e simples, que lhe estão na base: a impressão complexa de maçã e as impressões simples, entre outras, de acidez e escarlate. Isto, evidentemente, se estivermos a falar de uma maçã vermelha.



Joana Cabrita



Larisa António

(2) O contraexemplo, ao princípio da cópia, do tom de azul desconhecido, apresentado pelo próprio David Hume, apela à análise de uma situação extremamente específica: “Suponhamos, pois, que uma pessoa desfrutou da sua visão durante trinta anos e que se tornou perfeitamente familiarizada com cores de todas as espécies, exceto com um matiz particular de azul, por exemplo, que nunca teve a sorte de encontrar. (...) Que todos os matizes diferentes dessa cor, exceto aquele único, lhe sejam apresentados, descendo gradualmente do mais escuro para o mais claro; é evidente que ela perceberá uma lacuna, onde essa cor falta, e terá consciência de que nesse lugar há, entre as cores contíguas, uma distância maior do que em qualquer outro.” (David Hume, *Investigação sobre o entendimento humano*).

Ou seja, de acordo com o princípio da cópia, uma pessoa que não tenha experimentado sensorialmente uma determinada cor, isto é, que nunca tenha visto essa cor, não seria capaz de ter ideia da mesma. No entanto, o contraexemplo do tom de azul desconhecido parece indicar que isso seria possível, que seria possível dar pela falta de uma tonalidade nunca percebida: imaginando que são apresentadas a uma pessoa diversas amostras de todas as tonalidades de azul exceto uma, que ela nunca tenha experienciado antes, percebemos que lhe é possível imaginar essa cor e, portanto, ter ideia dela sem antes ter tido uma impressão da mesma. O mesmo se aplicaria a qualquer um dos cinco sentidos: a nota que falta numa escala musical, o sabor que falta no meio de sabores conhecidos, a textura que falta ou o aroma inexistente na composição de diversos perfumes. Mas será mesmo assim? Será o contraexemplo suficiente para refutar o princípio da cópia?

David Hume acabará por considerar o contraexemplo insignificante, por se tratar de uma situação muito particular e, nessa medida, insuficiente para o levar a abandonar o princípio da cópia. Ainda assim, se insistirmos em considerá-lo, é possível sustentar que o contraexemplo entra em contradição direta com o que Hume escreveu, provando que existem ideias cujo conteúdo não provém da experiência sensível. A capacidade de imaginar a tonalidade de azul que falta seria, de acordo com alguns críticos, o produto de um ‘insight’ a priori, isto é, que provém da lógica e da intuição.

Em sua defesa, poderíamos colocar duas hipóteses. Em primeiro lugar, que talvez não seja possível ter a ideia de um azul desconhecido, uma vez que dar pela falta de qualquer coisa, neste caso de uma tonalidade, não é o mesmo que ter a ideia disso que falta. Depois, no caso de isso ser possível, que talvez estejamos perante uma ideia complexa, isto é, uma ideia formada com o auxílio da imaginação a partir de outras duas ideias: a ideia simples de azul e a ideia complexa de tonalidade intermédia (a ideia de ser mais claro ou escuro do que outra coisa). Hipóteses, para terminar, que David Hume preferiu não explorar, tal era a sua convicção de que as ideias de cada cor são ideias simples!



SEPARADOS À NASCENÇA UNIDOS PARA SEMPRE

Guilherme Rodrigues

De Cleópatra a André Ventura: a Indução ao Serviço da História

Talvez seja melhor aprender com os erros do passado, quebrar o hábito e não deixar que as previsões se verifiquem.

Matilde Luís

Neste ensaio vou tentar mostrar que os raciocínios indutivos, injustificados no domínio das ciências empíricas, como a Física e a Química, podem ser muito úteis no domínio das ciências humanas, muito particularmente no domínio da História, permitindo prevenir e evitar males futuros a partir do estudo de casos passados, como acontece com o fenómeno do populismo que nos últimos anos tem vindo a reganhar espaço no panorama político nacional e internacional. Começemos, por isso, por definir os conceitos envolvidos: o conceito de indução ou raciocínio indutivo, e o de populismo.

Os raciocínios indutivos seja na forma de generalização ou na de previsão, aquela a que este ensaio se refere, são raciocínios ampliativos. Isto é, embora sobre a experiência, vão para lá dela, uma vez que a sua conclusão atribui a um universo não observado (ainda) os mesmos atributos da amostra observada que serve de premissa. Como quando dizemos: “Todos os populistas ao longo da História foram manipuladores. Logo, o próximo populista será manipulador.”



Alexandra Dubova



Artur Podvirnyy



José Alves

Ou seja, mesmo que existam fortes probabilidades de que a conclusão venha a verificar-se, não há nenhuma garantia de que assim será, uma vez que o futuro ainda não aconteceu. A única razão para continuarmos a acreditar nisso é a observação dos casos passados, que cria em nós expectativas, mas isso não é uma justificação racional, é uma explicação psicológica fundada no hábito: precisamos de estabilidade nas nossas vidas e acreditamos, porque é isso a que estamos habituados, que o futuro reproduza as condições do passado. É o chamado “problema da indução”, formulado por David Hume, um empirista do século XVIII, que continua a merecer a atenção dos filósofos na atualidade.

Em relação ao conceito de populismo, as coisas não são menos complexas, uma vez que varia de acordo com o país e a época em que se observa, assim como o quadrante político em questão. Porém, muitos analistas afirmam que o populismo, de uma forma geral, é uma estratégia de líderes políticos que têm como objetivo apelar às massas, assente na ideia de que a sociedade está fundamentalmente separada em dois grupos totalmente diferentes: a “população pura” e a “elite corrupta”. Seguindo esta separação, o líder político assume-se como voz do povo, representando desta forma os interesses dos cidadãos contra a elite, constituindo um movimento que se torna, aos olhos de muitos, como um movimento de solução para os problemas dos países: enche-se de carisma (a indumentária é quase sempre um traço distintivo), escolhe bodes expiatórios (grupos minoritários que estariam na origem dos maiores problemas do país) e procura sensibilizar as massas através de um discurso simples (quase sempre inconsistente e falacioso). Um discurso, de uma forma global, em que o político sai sempre bem visto, uma vez que fala em soluções simples, embora quase sempre infundadas, e diz aquilo que a maioria quer ouvir. Vejam-se, por exemplo, os casos de Donald Trump, um populista de boné e de direita recentemente reeleito presidente dos Estados Unidos da América, e o de Nicolas Maduro, de fato de treino e de esquerda, na Venezuela, responsável por uma ditadura militar.

Vejamos agora, apelando à indução, as condições que, uma vez observadas e repetidas, favorecem o surgimento de líderes e movimentos populistas, para então mostrar que essas condições estão hoje de volta e, mais importante, para nos interrogarmos se estamos dispostos a correr o risco de ir de novo por esse caminho.

Independentemente das variações em torno do populismo (refira-se que também há populistas do centro como, por exemplo, Macron em França) há, de facto, condições gerais que se repetem. Isolemos algumas:

- A instabilidade política – a instabilidade acontece especialmente quando existem falhas na governação ou até mesmo quando começam a aparecer casos de corrupção, a população começa então a sentir que o governo e os representantes políticos estão mais preocupados com interesses próprios ou com as “elites corruptas” do que com os problemas da nação. Com base neste problema, as massas começam a sentir-se inseguras em relação ao futuro do país, para além de preocupados sentem-se ainda frustrados, a voz populista parece então ser a estabilidade e a única solução possível.

- Crises económicas - a inflação e o elevado nível de desemprego, por exemplo, podem ser favoráveis ao aumento do populismo, quando a “população pura” se sente prejudicada economicamente, o líder populista acaba por surgir com soluções rápidas e eficazes (soluções que passam sempre pela responsabilização dos imigrantes, das minorias e da “elite corrupta”).

- Aproveitamento dos falhanços dos outros. Os populistas geralmente apontam as falhas cometidas no sistema político e acabam sempre por oferecer soluções alternativas. As dificuldades em áreas como a saúde, a educação e a segurança, sobretudo nesta, são aproveitadas pelo líder populista, que retratará a situação como falha dos representantes políticos e razão suficiente para recorrer a discursos radicais. Uma forma de fazer política em tudo semelhante à tática dos abutres, para usar uma analogia, que aguardam pelo momento exato antes de se banquetearem.

A primeira grande populista da História a tirar partido destas condições, ainda o termo populismo não existia (o termo “populismo” surge no sentido em que o entendemos hoje só no século XIX), é Cleópatra, que governou o Egito entre os anos 51 e 30 a.C. Cleópatra não só fez várias alianças com as massas, numa busca constante pelo apoio da população, ficando vista como uma governanta preocupada com a cultura e com o bem-estar do povo, como utilizou a sua imagem para seduzir e convencer aliados poderosos, Júlio César e Marco António, dadas as condições de ingovernabilidade em que o Egito se encontrava, de que tudo mudaria se ela pudesse subir ao poder.

Já no século XX, a História virá a conhecer o pior de todos os populistas, Adolf Hitler. A Alemanha encontrava-se a recuperar das consequências da Primeira Guerra Mundial, o sistema político revelava fraqueza e estava dividido, a sociedade estava dividida e o sentimento agravado de frustração com a humilhação do passado era generalizado. Hitler e os nazis exploraram então essas condições, oferecendo uma narrativa simples, como a de todos os populistas, levando a população a acreditar nas suas palavras e chegando finalmente ao poder. O resultado é de todos conhecido: o mundo vê-se de novo numa Grande Guerra e os judeus (o bode expiatório), entre outros, como os gays e os deficientes, tornam-se vítimas do pior dos crimes alguma vez cometidos contra a Humanidade: o Holocausto.

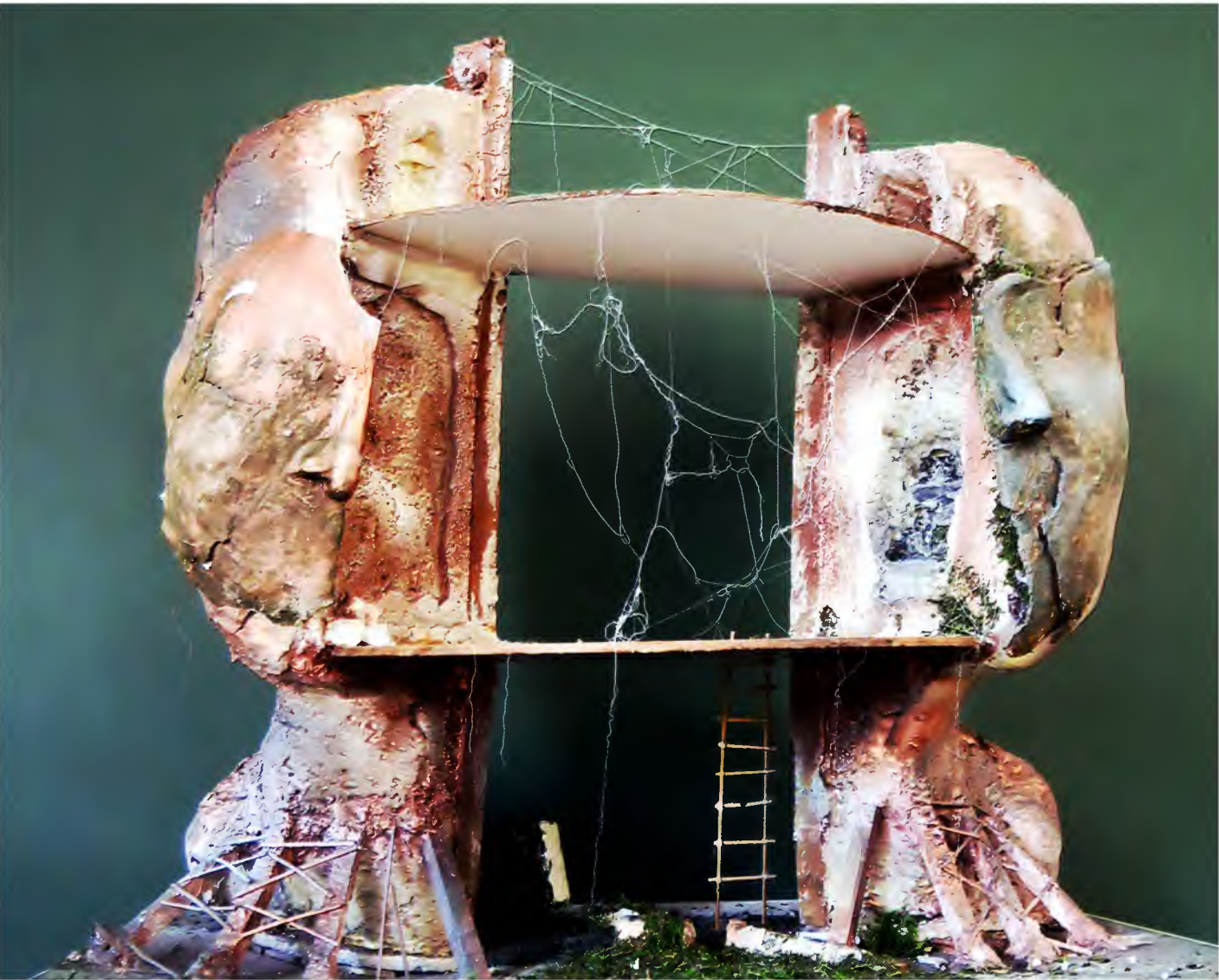
Hoje, já no século XXI, aquelas condições, sobretudo a instabilidade política e económica, estão de volta. Como de volta estão as habituais soluções milagrosas dos populistas. Donald Trump e Nicolas Maduro, já referidos, assim como Javier Milei, na América do sul; Victor Orban e Marine Le Pen, entre outros, na Europa; Marisa Matias e André Ventura, em Portugal. Todos, como não podia deixar de ser, com os respetivos bodes expiatórios: os empresários e os grupos económicos, os capitalistas, numa palavra, para os populistas de esquerda; os imigrantes, os refugiados e os ciganos, para os populistas de direita. Pelo que se impõe a pergunta: será que estamos dispostos a correr os riscos verificados no passado que apontam no sentido de que uma vez observadas as mesmas condições a História se repete, mesmo sabendo das consequências previsíveis? Ou, pelo contrário, aprendemos com a História de modo a que os males do passado não se verifiquem no futuro? Tratando-se da Humanidade, cuja natureza não é estável, e não da Natureza, constante e regular como diz David Hume, talvez seja melhor aprender com os erros do passado, concluir, quebrar com o hábito e não deixar que as previsões se verifiquem.



Gabriela Jesus



Júlia dos Santos



Matilde Gomes

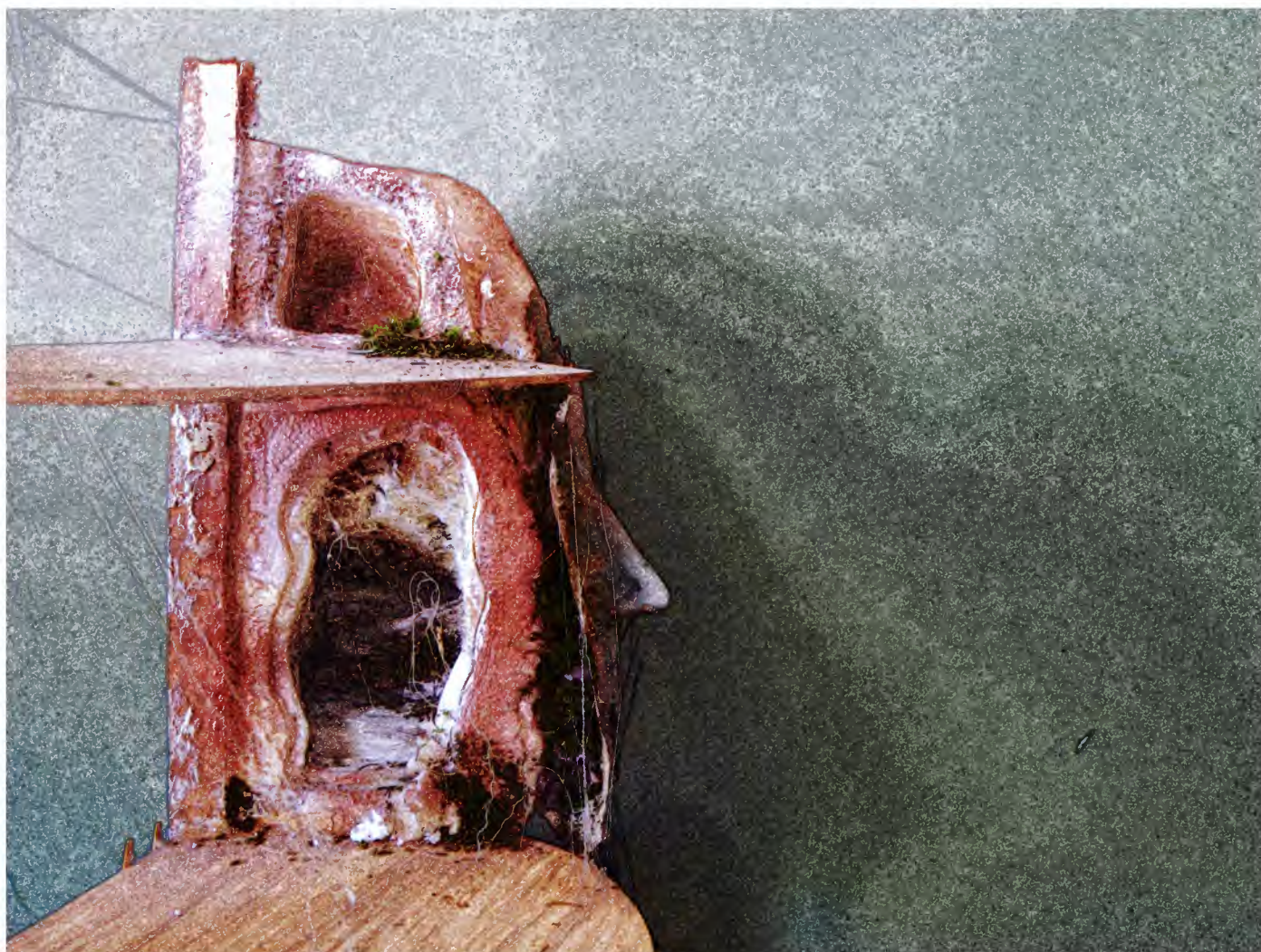
Como saber se somos a mesma pessoa ao longo do tempo?

Como saber se a nossa identidade se mantém ao longo do tempo?

Suyanne Silva

Neste ensaio filosófico discutirei o problema “Como saber se somos a mesma pessoa ao longo do tempo?”. Ou seja, como é que podemos saber que somos sempre a mesma pessoa se estamos sempre a sofrer alterações? O mesmo é dizer: como saber se a nossa identidade se mantém ao longo do tempo?

A Partir da exploração da discussão do mito de Teseu, tentarei defender a tese de que “não somos a mesma pessoa ao longo do tempo”. Começemos, por isso, por conhecer o mito, para depois dizer porque é ele fundamental para aquilo que os filósofos entendem, geralmente, por identidade: conjunto de traços de personalidade, modelação corporal e modos de expressão que caracterizam uma pessoa.



Matilde Gomes

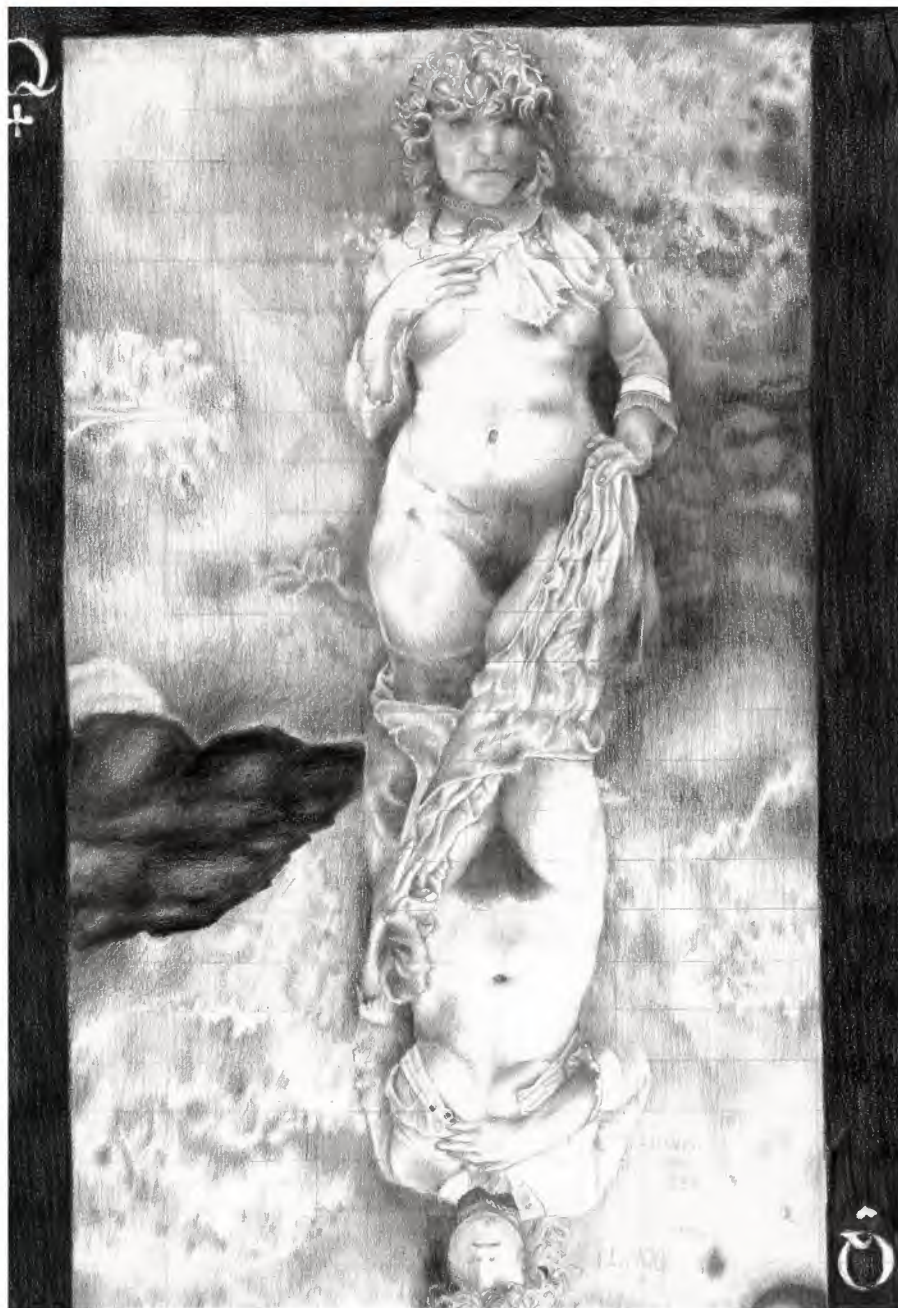
O mito do barco de Teseu começou quando o fundador de Atenas, Teseu, matou sozinho o minotauro em Creta e voltou sozinho para casa num navio. Para homenageá-lo, os atenienses deixaram o seu navio no porto, para recriar anualmente a sua viagem. Sempre que o barco ficasse danificado era reparado com materiais idênticos, sendo que ao longo do tempo deixou de haver peças originais.

O paradoxo do mito do barco de Teseu foi aplicado à questão da identidade, tornando-a mais profunda, pois, assim como o navio, nós, seres humanos, estamos em constante transformação: o nosso corpo “renova-se” a cada sete e dez anos, as nossas células morrem e são substituídas assim como as nossas experiências e memórias se acumulam, moldando a nossa personalidade. Ou seja, se todas as células do nosso corpo são substituídas ao longo do tempo, se as nossas ideias e crenças mudam, se as nossas memórias se desvanecem ou se reconstróem, ainda somos a mesma pessoa? O que nos torna, afinal, naquilo que somos? Como manter uma coisa igual a si própria se substituímos constantemente partes dela?

Independentemente do que cada filósofo pensa sobre o problema, Locke, por exemplo, que prefere falar na noção de pessoa, para evitar que o princípio da continuidade da identidade dependa do corpo, que cresce, muda e envelhece, há uma série de argumentos gerais a favor da tese da continuidade. Isto é, de que “somos a mesma pessoa ao longo do tempo”:



Maria Amaro



João Pereira

1- O Argumento da identidade biológica defende que a identidade pessoal está ligada à continuidade do organismo físico, ainda que esse organismo passe por transformações ao longo do tempo. A noção de que uma pessoa é a mesma baseia-se na continuidade do corpo, mesmo que ele mude de forma e função, através de crescimento, envelhecimento ou até mesmo da regeneração celular. Isto é, como diz Stephan Ferret, pretender que uma pessoa deixa de ser quem é após uma intervenção cirúrgica, como a ablação das amígdalas ou do apêndice, é confundir a identidade pessoal, aquilo que somos ao longo de toda a nossa existência, com a imutabilidade ou a invariabilidade, conceito que se opõe por definição a qualquer tipo de mudança. Dito de outro modo, o facto de ir ao dentista ou ao cabeleireiro não faz com que desapareçamos. Na grande maioria dos casos, é precisamente porque desejamos continuar a ser nós mesmos que deixamos que nos cortem as unhas ou nos operem. É preciso aceitar a mudança para continuar a ser o mesmo.

Exemplo: Embora as nossas células sejam constantemente renovadas, o conjunto de processos biológicos que sustenta a vida e a forma física é o que assegura nossa continuidade e, por conseguinte, a nossa identidade pessoal.

2- O Argumento da Autoidentificação centra-se no fenómeno da autoidentificação, ou seja, as pessoas tendem a reconhecer-se como a mesma ao longo do tempo, independentemente das mudanças externas. Isso está relacionado com a capacidade humana de refletir sobre si mesmo e projetar uma narrativa coesa da própria vida.

Exemplo: Uma pessoa pode olhar para o passado e reconhecer-se nas suas ações, pensamentos e decisões, mesmo que tenha mudado ao longo dos anos. A capacidade de se identificar

com o próprio passado é uma forma de afirmar a continuidade da identidade pessoal.

3- O Argumento Sociocultural sugere que nossa identidade é moldada por contextos sociais e culturais, mas que, ao mesmo tempo, somos percebidos e reconhecidos como indivíduos únicos por esses contextos. A identidade é construída através das interações com outras pessoas, mas essa construção não nega a continuidade da pessoa ao longo do tempo.

Exemplo: Uma pessoa pode passar por várias transformações culturais e sociais (como mudar de país ou adotar novas práticas), mas ainda é reconhecida como a mesma devido a elementos da sua história pessoal e da sua identidade social que permanecem.

4- O Argumento da Experiência Pessoal e Narrativa da Vida defende que cada pessoa tem uma história própria, e que essa narrativa pessoal se constitui ao longo do tempo, permitindo que o indivíduo se reconheça como o mesmo, apesar das mudanças.

Exemplo: A pessoa pode olhar para sua vida como uma história contínua, onde as várias etapas da vida (infância, adolescência, maturidade) são compreendidas como uma sequência que compõe um "eu" coeso e estável. Uma espécie de feixe, como dizia David Hume, por onde passam diversas experiências reconhecidas por um mesmo "eu"

5- O Argumento do Reconhecimento Interpessoal defende que a identidade pessoal é afirmada pelo reconhecimento dos outros. Ao longo da vida, somos constantemente reconhecidos por outros como sendo a mesma pessoa, com base na nossa aparência, comportamento, história e identidade social. Esse reconhecimento interpessoal reforça a ideia de continuidade da identidade pessoal.

Exemplo: Mesmo que uma pessoa mude fisicamente ou em termos de estilo de vida, os amigos, familiares e colegas de trabalho continuam a reconhecê-la como a mesma pessoa, o que valida a continuidade da identidade pessoal.

6- Por último, o Argumento da Responsabilidade Moral que defende que se uma pessoa pode ser responsabilizada pelas suas ações passadas, isso pressupõe que ela é a mesma pessoa ao longo do tempo. A noção de que uma pessoa pode ser punida ou premiada pelas suas escolhas e comportamentos implica uma continuidade da identidade pessoal.

Exemplo: Se alguém comete um crime na sua juventude e mais tarde muda o seu comportamento, a sociedade ainda pode responsabilizá-lo pelas ações passadas, pois a identidade moral e jurídica da pessoa é contínua.

Para defender a tese de que não somos a mesma pessoa ao longo do tempo vou utilizar o argumento do camaleão.

O argumento do camaleão é um desafio clássico para a teoria da identidade pessoal, e está relacionado com a ideia de que a identidade de uma pessoa ao longo do tempo pode ser instável ou mudar dependendo das circunstâncias. Este argumento foi proposto por John Locke na sua obra "Ensaio sobre o Entendimento Humano", com o intuito de discutir a relação entre a mente e o corpo na constituição da identidade pessoal.



André Sousa



Maria Galvão



Leonor Brito



Núria Gomes

O argumento do camaleão consiste em imaginar que uma pessoa é como um camaleão, que muda a sua cor e características conforme o ambiente. Tem como objetivo mostrar que, no contexto da identidade, dificilmente seremos sempre a mesma pessoa se mudarmos constantemente as características físicas, mentais ou psicológicas. Um argumento que se opõe, portanto, à ideia de que a identidade pessoal está atrelada a alguma característica fixa e imutável.

Ainda assim, o argumento do Camaleão é alvo de pelo menos duas objeções:

1ª Objeção: A Identidade Pessoal Não Depende de Mudanças Superficiais

Uma objeção comum é que as mudanças físicas ou comportamentais superficiais (como as que um camaleão experimenta) não têm impacto direto na identidade de uma pessoa. Por outras palavras, a continuidade da identidade pessoal não se resume a mudanças externas ou variações comportamentais. Embora as mudanças possam ocorrer, o que importa na identidade pessoal são os aspetos internos, como a memória, consciência e características psicológicas, e não mudanças superficiais como a aparência física ou o comportamento, tal como defende John Locke.

Contra objeção: nem todas as mudanças no ser humano são superficiais, como acontece nos casos extremos de perda irreversível da memória e dos distúrbios de personalidade profundos.

2ª Objeção: Distinção entre o Camaleão e os Seres Humanos

Outra objeção é que a metáfora do camaleão não é um bom paralelo para a identidade pessoal humana, pois ele é um animal que muda de forma de maneira física e visível. Nos seres humanos, as mudanças não são tão radicais ou externas, pois elas acontecem de maneira muito mais gradual e complexa, envolvendo aspetos psicológicos, emocionais e cognitivos. Ou seja, a natureza das mudanças humanas é mais subtil e contínua do que as mudanças visíveis do camaleão. Por exemplo, as memórias de uma pessoa e sua personalidade mudam ao longo do tempo, mas a mudança não é abrupta e, muitas vezes, essas transformações podem ser integradas de maneira que a pessoa ainda reconheça a sua identidade.

Contra objeção: há casos, como as situações traumáticas, que preferimos não recordar, como acontece nos casos de abuso sexual de menores, por exemplo, das quais nunca se chega a recuperar. Após ter explorado algumas teorias sobre o problema da identidade pessoal, para tentar responder à pergunta “Será que nós somos a mesma ao longo do tempo?”, cheguei à conclusão de que não há uma resposta melhor do que as outras, mas várias teorias com argumentos igualmente válidos. Ainda assim, tendo em conta as contra objeções ao argumento do camaleão, defendo a tese de que não somos a mesma pessoa ao longo tempo.



Júlia Angeli



Marlene Lourenço

Terão os comportamentos observados na infância dos seres humanos um papel crucial no desenvolvimento de um carácter violento?

A teoria da aprendizagem social, desenvolvida por Albert Bandura, e a existência de neurónios espelho.

Violeta Custódio

Num mundo onde a violência física e verbal é frequentemente observável, há uma tentativa progressiva de a tentar desvalorizar. Assim sendo, não devíamos nós começar por propiciar ambientes livres de violência às crianças para que estas não aprendam a reproduzir esses mesmos comportamentos no decorrer da sua vida?

Este ensaio destina-se a responder à seguinte questão: «Terão os comportamentos observados no decorrer da infância dos seres humanos um papel crucial no desenvolvimento de um carácter violento por parte dos mesmos?». Desta forma, ao longo do ensaio, constatar-se-á a defesa de que os comportamentos observados na infância influenciam de modo crucial o carácter violento da população, salvo exceções. Essa conclusão tem por base a teoria da aprendizagem social, desenvolvida por Albert Bandura, e a existência de neurónios espelho.



Catarina Fino

Teoria da aprendizagem social

A teoria da aprendizagem social desenvolvida por Albert Bandura defende que um dos processos pelos quais os seres humanos aprendem é por modelagem, ou seja, adquirem comportamentos através da observação bem como da imitação desses mesmos modelos. Defende-se que, para que haja aprendizagem, segundo esta teoria, o processo de modelagem dá-se quando prestamos atenção a algo que está a suceder, retemos essa informação e, por fim, quando a reproduzimos consoante uma determinada motivação. O reforço vicariante tem um papel ativo neste tipo de aprendizagem uma vez que, ao verificar a consequência das atitudes do modelo observado, que podem ser de recompensa ou de punição, vai motivar o observador a reproduzir ou não, a ação em causa. Em suma, diversos comportamentos são aprendidos apenas pela observação de certas atitudes no meio em que nos inserimos e de uma posterior decisão de as imitar.

Experiência do boneco “João Bobo”

Em 1961, Albert Bandura pôs em prática uma experiência que visava comprovar a sua teoria da aprendizagem social. Mais especificamente, esta experiência tinha como objetivo determinar se os comportamentos sociais, neste caso, a violência poderia ser adquirida por modelagem. O estudo contou com a participação de trinta e seis rapazes e trinta e seis raparigas com idades compreendidas entre os três e seis anos e foi desenvolvida na Universidade de Stanford e com dois modelos adultos, um homem e uma mulher. Para além disso, foi também utilizado um boneco insuflável denominado “João Bobo”. As crianças foram divididas em três grupos de forma o mais equilibrada possível consoante a sua demonstração de agressividade no seu dia-a-dia. Exceto o grupo de controlo, os outros dois grupos subdividiram-se, contando dois dos subgrupos com seis rapazes e seis raparigas que estiveram sujeitos ao contacto com o modelo do sexo feminino. Os outros dois subgrupos contaram com seis rapazes e seis raparigas e estiveram sujeitos ao contacto com o modelo do sexo masculino. Dois dos grupos de crianças subdivididos observaram, respetivamente, o homem e a mulher a manifestarem atitudes violentas (como socos e gritos) com o boneco “Bobo”. Por outro lado, os outros dois subgrupos observaram, respetivamente, o homem e a mulher a manifestarem atitudes pacíficas perante o “Bobo”, ignorando-o e brincando com outros brinquedos. Por fim, o último grupo consistiu no grupo de controlo sem observação de modelo. Ao colocar as crianças numa sala com brinquedos, incluindo o “João Bobo”, concluiu-se que o grupo que havia estado sujeito à visualização das atitudes agressivas do modelo apresentava maior tendência a comportamentos violentos tanto com o “Bobo” como com os outros brinquedos, reproduzindo as atitudes vistas e criando novas formas de violência. As crianças pertencentes ao grupo que havia estado sujeito à visualização das atitudes pacíficas do modelo, mostraram ser as menos violentas, mesmo comparando com as pertencentes ao grupo de controlo.

Esta experiência permitiu então fundamentar a teoria da aprendizagem social, evidenciando que, mesmo que haja exceções, as crianças sujeitas à observação de comportamentos agressivos, tendem a imitá-los tornando-se mais violentas.

A meu ver, e de acordo com a teoria da aprendizagem social, o facto de as crianças crescerem num ambiente violento influencia bastante a possibilidade de estas adotarem estes mesmos comportamentos.

Em criança, o ser humano encontra-se numa fase de grande absorção, interiorização de informação, estando então a iniciar-se o processo da formação da personalidade. As pessoas encontram-se numa fase em que a sua socialização primária oferece grande relevância, uma vez que é esta que vai permitir ao indivíduo adquirir um conjunto de saberes básicos, nomeadamente, como interagir adequadamente em sociedade, interiorizar regras, padrões culturais e valores. A aprendizagem dá-se por diversos processos, podendo tratar-se quer de uma aprendizagem comportamental quer cognitiva. Uma vez que, segundo a teoria de Bandura se verifica o processo de aprendizagem por modelagem (cognitiva), os comportamentos que as crianças adotam são então condicionados pelos seus agentes de socialização primária (como os pais e os professores) e, consequentemente, pelo ambiente que os rodeia. Assim, se uma determinada criança crescer rodeada por familiares violentos, quer se trate de violência física quer de violência psicológica ou verbal, a probabilidade é de que tal potencie comportamentos agressivos, tornando-se assim num adulto agressivo. Penso que pode reforçar a teoria de Bandura a existência de neurónios espelho. O nosso cérebro é constituído por neurónios cuja função consiste na receção, processamento, condução e transmissão de informação. Existem diversos tipos de neurónios, entre eles, os neurónios espelho. Estes neurónios captam o comportamento ou ação que estão a presenciar, assimilando-o e potenciando uma mais fácil reprodução do comportamento em causa, uma vez que os neurónios percecionam, criam conexões e fixam o que está a suceder. Assim, estes neurónios auxiliam a reprodução daquilo que é observado, nomeadamente, a elevação da voz enquanto se proferem comentários insultuosos aquando de uma discussão. Para além disso, também a cultura ocupa um papel na perpetuação de comportamentos violentos, já que, numa cultura em que seja moralmente aceite os pais e os professores insultarem os seus alunos e darem-lhes reguadas, uma criança que cresça a observar essa situação, tal como comprovado na experiência do boneco “João Bobo”, tendencialmente irá reproduzir estes comportamentos ao ser agressivo com os seus colegas, tanto por ter aprendido que a violência é aceite na sua cultura como por observar os pais e os professores a fazê-lo sem sofrer quaisquer consequências (como repreensão ou julgamento negativo) e eventualmente até a serem congratulados. As exceções à reprodução da violência observada, de acordo com o meu ponto de vista, não invalidam o facto de a observação de comportamentos violentos na infância tornar mais provável que os adultos adquiram os mesmos comportamentos violentos presenciados. Tal pode ser ilustrado com recurso a duas experiências:

1.^a) Uma criança (rapaz) que cresce a observar o seu pai a agredir a sua mãe. Já adulto, repete os comportamentos do pai e bate na mulher. – Esta situação é, segundo a minha perspetiva e a teoria da aprendizagem social, uma ilustração de uma situação em que se verifica o impacto da modelagem dos comportamentos na perpetuação da violência.

2.^a) Uma criança (rapaz) que cresce a observar o seu pai a agredir a sua mãe. Já adulto, nunca repete os comportamentos do pai e diz sempre que nunca baterá na sua mulher, tratando-a sempre com respeito. – Esta situação é, segundo a minha perspetiva, uma ilustração de uma situação em que, embora a teoria da aprendizagem social se tenha verificado, o rapaz em causa constituiu uma exceção ao não modelar os comportamentos do pai, apresentando um extremo sentido de responsabilidade e de consciência, evitando a perpetuação da violência.



Duarte Gomes



Gonçalo Pereira



Luna Silva



Pravleen Kaur



Mariana Martins

Através da análise destas experiências conceptuais e empíricas é-nos possível compreender melhor na prática que, embora existam exceções, tais não invalidam o papel crucial da observação de atitudes violentas nos agentes de socialização primária na formação de um carácter agressivo nas crianças.

Assim, em concordância com a teoria da aprendizagem social e com base na experiência do boneco “João Bobo” bem como no conceito de neurónios espelhos, as crianças que se inserem em meios onde a violência, física, verbal ou psicológica tem lugar, terão tendência a reproduzir esses mesmos comportamentos ou mesmo a pôr em prática atitudes violentas semelhantes.

Embora se verifiquem exceções, estas, na minha opinião, não refutam a teoria de Bandura e, por consequência, não refutam a seguinte tese: os comportamentos agressivos vivenciados pelas crianças no seu ambiente próximo, propiciarão a reprodução desses mesmos comportamentos ou comportamentos semelhantes, igualmente agressivos, em adultos.

Os agentes de socialização primária durante a infância desempenham um papel fundamental na formação de uma personalidade mais ou menos violenta por parte da criança. Se esta teoria é pertinente e tem fundamento, considero que é importante tomar medidas que visem a consciencialização da população para a importância de proporcionar às crianças ambientes livres de violência física e verbal, no sentido de diminuir os casos de violência em gerações futuras.



Genocídio: ontem e hoje

Alexandra Dubova

O problema do genocídio e a sua relevância nos dias de hoje.

AT Sporsho, Abdullha Al Sami e Valery Sargsyan

Neste ensaio vamos analisar o problema do genocídio e a sua relevância nos dias de hoje. Consideramos que o genocídio ainda existe atualmente e que há uma Insolubilidade dos atos genocidas.

A reflexão divide-se em três partes:

- O que é o genocídio e por que é um problema filosófico;
- O genocídio ao longo do tempo: alguns exemplos históricos;
- O genocídio na atualidade.

O que o Genocídio é por que é um problema filosófico?

O termo "genocídio" foi cunhado por Raphael Lemkin em 1944 e, em 1948, as Nações Unidas definiram-no oficialmente sob a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio como um dos crimes mais graves contra a humanidade. Ficando, então, estabelecido que o genocídio é o esforço deliberado e sistemático para destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso com base na sua identidade. Para podermos afirmar estarmos perante um genocídio há, certas condições que devem ser atendidas: terá de registar-se uma intenção de destruir, a ação terá de ser sistemática, o alvo é um grupo específico.

Intenção de Destruir: deve haver uma intenção clara de destruir um grupo específico, seja matando os seus membros, causando danos graves ou criando condições que levem à destruição do grupo. Esta intenção é o fator principal que diferencia o genocídio de outros crimes como crimes de guerra ou violência étnica.



Yasmin Alves



Maria Jacinto

reconhecemos e interpretamos a tentativa deliberada de destruir um grupo com base na sua identidade; leva-nos a repensar o valor da vida e o papel das sociedades, se deveriam proteger grupos vulneráveis. Além disso, levanta a questão da natureza do mal, e se os atos genocidas refletem uma natureza humana intrinsecamente cruel. Por fim, coloca o problema da soberania do Estado versus responsabilidade global, questionando quando e como a comunidade internacional deve intervir para prevenir ou parar tais atrocidades.

O genocídio ao longo do tempo: alguns exemplos históricos.

Um dos exemplos mais infames é o Holocausto, protagonizado pela Alemanha Nazi durante a Segunda Guerra Mundial. Sob a liderança de Adolf Hitler, os nazis visaram especificamente judeus, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência e outros grupos considerados "indesejáveis". Mais de seis milhões de judeus foram mortos através de execuções em massa, câmaras de gás, fome e

trabalho forçado em campos de concentração. O Holocausto permanece um dos genocídios mais documentados, impulsionado por uma ideologia nazi voltada para a exterminação desses grupos.

Outro exemplo bem conhecido é o Genocídio Arménio, que ocorreu entre 1915 e 1923 durante o colapso do Império Otomano. O governo turco visou a população arménia, resultando na morte de cerca de 1,5 milhões de pessoas por meio de execuções, marchas forçadas e fome. Embora a Turquia ainda dispute o termo genocídio, ele é reconhecido como tal por historiadores e muitos países.

O Genocídio de Bangladesh, por sua vez, ocorreu em 1971, durante a Guerra de Libertação do Bangladesh. O exército paquistanês, juntamente com colaboradores locais, cometeu atrocidades em massa contra a população bengali, matando entre 300.000 e 3 milhões de pessoas e com muitos mais deslocados ou sujeitos a violência sexual. O objetivo era suprimir o movimento de independência no então Leste do Paquistão, atualmente Bangladesh, com táticas brutais que incluíam a eliminação dos que no futuro pudessem vir a agilizar a recuperação da "alma" Bengali: artistas, intelectuais, professores.



Artur Podvirnyy

O genocídio na atualidade.

Embora muitas vezes subnoticiados, os genocídios continuam a ocorrer nos dias de hoje.

O Genocídio Rohingya em Myanmar, um país maioritariamente budista, por exemplo, começou em 2017, quando o exército visou a minoria muçulmana Rohingya. Isso incluiu massacres, violência sexual e deslocamento forçado, levando mais de 700.000 Rohingyas a fugir para o Bangladesh, um país infelizmente habituado, como fica claro em cima, a este tipo de atrocidades.

Da mesma forma, o ataque do ISIS ao povo Yazidi, no Iraque e na Síria, em 2014, é outro exemplo horrível. Milhares de Yazidis foram mortos, e muitas mulheres e crianças foram escravizadas. A violência fazia parte da tentativa do ISIS para exterminar os Yazidis devido às suas crenças religiosas. Também há atos genocidas em andamento em lugares como Sudão do Sul e República Centro-Africana, onde a violência étnica continua, e os perpetradores frequentemente ficam impunes.

A situação na Síria de Bashar al-Assad, agora num exílio de cinco estrelas (Rússia), foi igualmente grave, especialmente no noroeste, como em Idlib. Uma situação de violência extrema que levou alguns a descrevê-la como genocídio, devido aos ataques generalizados a civis, deslocamento em massa e assassinatos direcionados, tanto pelo governo, quanto por vários grupos armados. Recentemente, um novo cemitério foi descoberto na Síria, somando-se aos muitos cemitérios em massa encontrados pelo país. Esses cemitérios servem como uma memória dolorosa das inúmeras vidas perdidas durante o conflito que então se verificava. A descoberta destaca a necessidade urgente de lidar com os crimes de guerra e atrocidades que devastaram a população síria: em 2023, estimativas sugerem que mais de 500.000 pessoas perderam a vida desde o início da guerra em 2011.

Por último, temos o conflito entre Israel e a Palestina. Um conflito, segundo muitos responsáveis políticos e outros tantos reputados académicos, igualmente explicável à luz dos critérios que permitem classificar uma ação como genocida. A diferença, acrescentamos nós, está na atribuição de papéis e de protagonismo: outrora vítima do pior dos genocídios, o holocausto, o povo judeu vê-se hoje a braços com um governo autoritário cuja ação é responsável pela morte e deslocação forçada de largos milhares de palestinianos. Uma situação, bem vistas as coisas, que não é nova e que permite verificar como as dinâmicas do poder, ironicamente, podem mudar ao longo do tempo: primitivamente vítimas de opressão no Egito e sob a liderança de Josué, que terá recebido ordens de Deus nesse sentido, de acordo com a Bíblia, os israelitas tornaram-se agressores e estiveram envolvidos em atos semelhantes a genocídio durante a sua conquista de Canaã, destruindo cidades e matando homens, mulheres e crianças.

Em conclusão, o genocídio é um dos piores crimes que podem ser cometidos e continuam em larga escala, sem uma forma eficaz de os solucionar. Levanta questões difíceis acerca do que é o certo e o errado, e sobre quem será responsável por impedi-lo. Sobre tudo se pensarmos que, às vezes, as vítimas num dado momento histórico são as mesmas que, noutro momento histórico, continuam a perpetuar os mesmos atos de genocídio.



Guilherme Rodrigues



José Alves



Lara Pereira

Seria possível resistir ao regime nazi?

A natureza da obediência, da moralidade humana e das condições sociais que levam indivíduos comuns a participar em sistemas opressivos.

Joana Faria

A história da ascensão do nazismo e do Holocausto na Alemanha levanta uma questão inquietante: se vivêssemos naquela época, agiríamos como aqueles que apoiaram ou aceitaram o regime de Hitler? Este problema insere-se numa discussão filosófica e psicológica sobre a natureza da obediência, da moralidade humana e das condições sociais que levam indivíduos comuns a participar em sistemas opressivos.

Desta forma, este ensaio abordará esta questão através da análise de conceitos fundamentais como obediência à autoridade, conformismo social e responsabilidade moral. Para isso, recorri a teorias filosóficas e experiências da Psicologia que investigam o comportamento humano em contextos de pressão social e política.

Antes de analisarmos se agiríamos como as pessoas da época, é essencial esclarecer três conceitos centrais: autoridade, obediência e moralidade. A autoridade pode ser definida como a capacidade de influenciar ou controlar o comportamento de outros indivíduos, seja através do poder legítimo (como o do Estado) ou de mecanismos de coerção. A obediência, por sua vez, é a disposição de um indivíduo em seguir ordens, mesmo quando estas contrariam a sua moralidade pessoal. Esta característica humana tem sido amplamente estudada na psicologia social, especialmente na experiência de Stanley Milgram (1963), que demonstrou como pessoas comuns podem obedecer a ordens cruéis quando estas provêm de uma figura de autoridade.



Leandro Lobato



André Sousa

Já a moralidade refere-se ao conjunto de princípios e valores que orientam as nossas ações, ajudando-nos a distinguir o certo do errado. A questão que se coloca é: em circunstâncias extremas, como as de um regime nazista, será que a moralidade individual é suficientemente forte para resistir à pressão da autoridade?

Existem diferentes abordagens para compreender o comportamento humano sob regimes opressivos. Uma das mais influentes é a teoria da banalidade do mal, formulada por Hannah Arendt (1963) no seu estudo sobre Adolf Eichmann, um dos principais organizadores do Holocausto. Arendt argumenta que Eichmann não era um monstro sádico, mas sim um burocrata comum que agia sem reflexão moral, cumprindo ordens de forma mecânica. Segundo esta visão, o mal não resulta necessariamente de intenções malignas, mas da ausência de pensamento crítico e da submissão cega à autoridade.

Uma visão complementar é fornecida pela experiência de Milgram, que demonstrou que cerca de 26 dos 40 participantes estavam dispostos a administrar choques elétricos a um aprendiz sempre que ele errava as respostas, desde que uma figura de autoridade os instruisse a fazê-lo. Sob as ordens do pesquisador eles aumentaram a intensidade dos choques, mesmo diante dos gritos simulados da vítima, e 65% (26) chegaram ao choque máximo, 450 volts. Este estudo sugere que, em determinadas circunstâncias, a maioria das pessoas cederia à pressão da autoridade, mesmo quando confrontada com atos moralmente inaceitáveis.

Por outro lado, filósofos como Immanuel Kant defendem que a moralidade deve ser guiada pelo dever e pela razão, e não pela obediência cega. Kant argumentaria que mesmo sob o regime nazi, cada indivíduo deveria agir segundo o imperativo categórico, ou seja, perguntando-se se a sua ação poderia ser universalizada como um princípio moral. Seguindo essa lógica, seria possível resistir ao regime se houvesse um compromisso genuíno com a razão moral.

Apesar das teses que sugerem que a maioria das pessoas obedeceria ao regime nazi, existem exemplos históricos que mostram que a resistência era possível, como Sophie Scholl, Dietrich Bonhoeffer (da resistência alemã) e muitos membros da resistência francesa demonstram que havia indivíduos capazes de desafiar o regime, mesmo sob risco de morte. Isto levanta a questão: seriam estas pessoas exceções raras ou indícios de que a resistência moral é sempre possível?



André Sousa



Joana Rosário

Além disso, a teoria da banalidade do mal de Arendt tem sido criticada por simplificar em demasia o comportamento dos indivíduos que colaboraram com o Holocausto. Alguns historiadores argumentam que muitos nazis agiram não apenas por obediência, mas por convicção ideológica e ódio genuíno, assim, a submissão ao regime não pode ser explicada apenas pela pressão social, mas também pelos valores que esses indivíduos interiorizaram.

Outro contra-argumento relevante provém da psicologia da conformidade social, estudada por Solomon Asch, onde nas suas experiências mostra que a maioria das pessoas tende a conformar-se com o grupo, mesmo quando este está claramente errado. No entanto, Asch também demonstrou que basta uma minoria dissidente para enfraquecer a pressão da maioria, sugerindo que, embora a obediência seja forte, não é absoluta, e há sempre espaço para o pensamento independente.

Diante dos argumentos apresentados, parece evidente que a obediência à autoridade e o conformismo social desempenham um papel fundamental no comportamento humano, especialmente em contextos totalitários. A experiência de Milgram e a teoria da banalidade do mal indicam que a maioria das pessoas provavelmente seguiria as normas do regime nazi, não por maldade intrínseca, mas por um mecanismo psicológico de obediência. No entanto, a existência de resistências individuais e coletivas sugere que nem todos cederiam à pressão, pois fatores como a educação moral, a influência de figuras dissidentes e o contexto social desempenham um papel crucial na capacidade de resistir à opressão. Assim, a resposta à questão inicial não é absoluta, e muitos seriam levados a agir como a maioria da época, mas isso não significa que todos o fariam. A resistência é sempre possível, ainda que exija coragem e convicção moral.

Este ensaio explorou a questão de saber se, vivendo na época dos campos de concentração e do regime nazi, seríamos levados a agir como a maioria das pessoas daquela época. A análise da obediência à autoridade, do conformismo e da moralidade demonstrou que, embora a pressão social e psicológica seja poderosa, não determina de forma absoluta as nossas ações. A história mostra que tanto a obediência cega quanto a resistência são possíveis, o desafio, portanto, não é apenas compreender como as pessoas agiram no

passado, mas refletir sobre como podemos fortalecer a nossa própria consciência moral para evitar que tragédias semelhantes voltem a acontecer.



Francisco Escada



Será a Pena de Morte Legítima?

João Pereira

A legalização da pena de morte não é apenas uma questão legal, mas também um debate profundo sobre ética, direitos humanos, justiça e moralidade.

Inês Gonçalves

A pena de morte é uma prática bastante controversa que envolve uma série de debates éticos, morais e sociais fundamentais, que se relacionam com a natureza da justiça, os direitos humanos, o papel do Estado, e a própria concepção de vida e de morte. É um problema filosófico importante pois a legalização da pena de morte não é apenas uma questão legal, mas também um debate profundo sobre ética, direitos humanos, justiça e moralidade.

Embora haja quem defenda que essa prática é correta, incluindo importantes filósofos como Immanuel Kant, John Stuart Mill e Hegel, que abordam perspectivas diversas a favor da pena de morte, eu penso que não há justificação para ir contra o direito à vida de qualquer indivíduo, por mais horrendas que possam ter sido as suas ações. O objetivo deste ensaio é convencer e consciencializar aqueles que ainda são a favor deste tipo de pena. Mostrar que há boas razões para porem em causa a sua tese, evidenciando que alguns dos seus argumentos podem ser falaciosos e dando a conhecer outras perspectivas sobre esta questão. Pretendo, por isso, defender a tese de que a Pena de morte é uma acção injusta e irreversível.



Leonor Brito



Francisco Escada

Existem alguns argumentos deontológicos a favor da pena de morte, nomeadamente o Argumento retributivo, cujo autor principal foi Immanuel Kant. Este argumento consiste na ideia de que os crimes devem ser punidos de forma proporcional, por exemplo, a justiça deve exigir que um assassino seja punido com a morte, já que a sua ação foi tirar a vida a outro ser humano, sendo assim feita justiça de maneira proporcional. Mesmo tendo sido Kant um importantíssimo filósofo no desenvolvimento de uma filosofia moral, baseada na justiça e dignidade humana, este argumento apresenta diversas falhas. A ideia que Kant defende neste argumento, querendo ou não, vai contra diversos princípios fundamentais da moralidade, da dignidade humana e da possível contradição com o princípio da universalização da ação, já para não falar das próprias consequências da prática da pena de morte. Existem alternativas mais vantajosas, como a prisão perpétua, programas de reabilitação e reintegração social, e até a possibilidade de perdão e reintegração do criminoso na sociedade, que não apontam no sentido de uma punição irreversível e respeitam os direitos humanos.

Outro argumento utilizado a favor da pena de morte é o Argumento da Dissuasão, que é associado ao filósofo Beccaria. O argumento da dissuasão pressupõe que as pessoas tomam decisões racionais, considerando as possíveis consequências das mesmas. Ou seja, havendo a possibilidade de um criminoso ser punido com a morte (pressupondo que as pessoas temem a morte), ele desistiria de cometer o crime. Podemos dizer que este argumento é válido já que usa uma forma de inferência válida (Modus Ponens), contudo este argumento não pode ser considerado sólido, já que estatísticas mostram que a criminalidade não aumentou após a abolição da pena de morte, logo a existência desta pena não tem qualquer tipo de relação com a taxa de criminalidade.

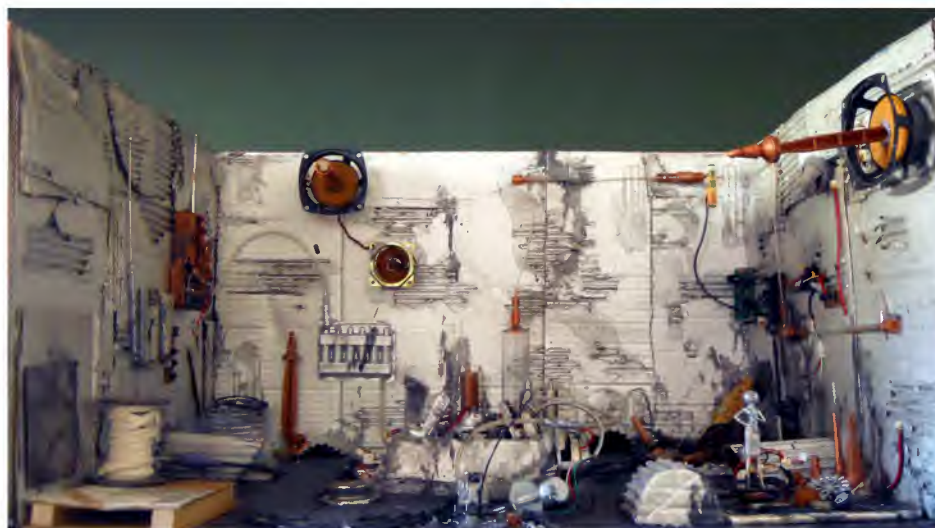
Ao contrário da grande maioria dos argumentos a favor da pena de morte, certos argumentos que se opõem a esta prática, permanecem de pé. Há diversos argumentos fortes contra a pena de morte, entre eles o argumento do Erro judicial e o argumento da Ineficácia como dissuasão, embora o argumento da Violação dos Direitos humanos seja de longe o mais forte e relevante de todos os argumentos a favor desta tese. O argumento consiste em afirmar que a pena de morte implica uma violação dos direitos humanos fundamentais, particularmente o direito à vida e o direito à integridade física e moral, podendo ser formulado da seguinte forma: o direito à vida é um princípio básico dos direitos humanos, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUHU), especialmente no Artigo 3, que afirma "Todos os seres humanos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". A pena de morte viola esse direito fundamental, pois retira a vida de uma pessoa de forma irrevogável, independentemente das circunstâncias. A imposição da pena de morte, portanto, pode ser vista como uma violação direta desse direito.

Este argumento é válido e sólido, com base em vários fundamentos vertidos nas normas internacionais de direitos humanos e em práticas jurídicas, sendo que o direito à vida e à dignidade humana são considerados princípios fundamentais e universais no campo dos direitos humanos. A DUDH, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, para além do seu Artigo 3º (já mencionado), declara no Artigo 5º que proíbe a tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, o que inclui a execução da pena de morte. Estes princípios são universais, aplicáveis a todas as pessoas, independentemente do seu comportamento ou das suas ações.

Se este argumento não for suficiente para demonstrar que a pena de morte não é defensável, há também o argumento do Erro judicial. Este argumento diz-nos que o sistema de justiça penal não é infalível. São conhecidos muitos casos em que, por erros judiciais, um inocente é condenado injustamente. Como a pena de morte é irreversível e há a possibilidade de erro judicial, podemos concluir que é uma pena injustificável.

Embora existam alguns contra-argumentos que buscam minimizar o impacto do erro judicial ou sugerem soluções alternativas, este argumento permanece válido e sólido. As premissas podem ser comprovadas com diversos casos em que pessoas inocentes foram condenadas à morte e posteriormente foi descoberto o verdadeiro criminoso, como no caso de Chessman, que foi morto injustamente minutos antes da secretária do juiz responsável pelo caso alegar que cometeu um erro, custando assim a vida do arguido inocente. Para além deste caso, há muitos outros de pessoas que foram condenadas injustamente e depois foram declaradas inocentes. O que prova, em resumo, que os erros judiciais são uma realidade.

Concluindo, ao refletirmos sobre as implicações da pena de morte, podemos perceber que as suas consequências vão além da aplicação da justiça e afetam diretamente a dignidade humana, pelo que é uma prática ilegítima. A justiça não deve ser vista como uma forma de retribuição, mas sim como forma de encontrar soluções que respeitem a dignidade do ser humano e prezem pela reabilitação e reintegração social dos condenados. Num mundo em que procuramos avançar no respeito pelos direitos humanos, a pena de morte não deve ter lugar.





Lara Regueira

A Boa Morte no Cinema

Reflexões sobre a eutanásia, dignidade e liberdade de escolha



Anna Sophia Carvalho

Francisca Menéres

Comecemos por saber em que consiste a eutanásia. O termo “eutanásia” tem origem em duas palavras gregas, “eu” e “thanatos”, que juntas traduzem a ideia de “boa morte”. Atualmente, a palavra “eutanásia” significa provocar uma boa morte, ajudar deliberadamente alguém a morrer, supostamente em benefício da pessoa cuja vida é artificialmente encurtada. Uma prática aceite e normalizada na Grécia e Roma antigas, à semelhança do suicídio, mas que hoje, graças à imposição da matriz judaico-cristã segundo a qual a vida humana tem santidade e não deve ser deliberadamente tirada, constitui alvo de enorme polémica. Pelo que será necessário distinguir diferentes tipos de eutanásia.

Diferentes tipos de eutanásia

A eutanásia pode ser voluntária, não voluntária ou involuntária, e dentro de cada uma destas categorias divide-se em ativa e passiva. Quando uma pessoa, em estado de plena consciência, pede ajuda para morrer, como acontece em situações em que o indivíduo, por exemplo, sofre de uma doença terminal incurável e pede que lhe administrem uma substância que ponha termo à dor insuportável, diz-se que estamos perante um caso de eutanásia voluntária. Há, por isso, uma relação entre eutanásia voluntária e suicídio, neste caso assistido, uma vez que envolve uma segunda pessoa que ajuda alguém a morrer. Nesta categoria também devem ser incluídos os casos menos comuns em que o eutanasiado, embora não esteja em condições de expressar a sua vontade, declara antecipadamente o seu desejo de ser ajudado a morrer caso venha a encontrar-se nessa situação.

A eutanásia não voluntária é aplicada nos indivíduos que não estão em condições de escolher entre a morte e a vida. Um recém-nascido, por exemplo, que nasce com um tumor no cérebro e apresenta uma esperança média de vida de 6 meses, caso os seus responsáveis decidam nesse sentido.

A eutanásia involuntária, por sua vez, é realizada em pessoas a quem pode ou não ter sido perguntado se a desejavam. Nas situações, por exemplo, em que embora o indivíduo se tenha oposto à eutanásia por diversas razões esta é aplicada para o poupar ao sofrimento.

Por último, dentro de cada uma das categorias anteriores, temos de distinguir eutanásia ativa e passiva, consoante se trate de precipitar a morte ou simplesmente deixar morrer. No primeiro caso, são administradas substâncias para que a pessoa morra tranquilamente. No segundo caso, interrompe-se o recurso a meios artificiais que mantêm a pessoa ligada à vida, como sejam máquinas respiratórias e alimentação intravenosa.

Estabelecidas as diferenças entre os diferentes tipos de eutanásia, importa dizer que este ensaio terá como objeto de reflexão a primeira forma de eutanásia, a voluntária, sobretudo porque é essa que tem sido fortemente discutida no nosso país. Relativamente à voluntária, discutiremos apenas a ativa, por ser a que coloca problemas filosóficos mais complexos e por ser essa a que é debatida em “Mar Adentro”, o filme de Alejandro Amenábar que constitui o nosso ponto de partida. Este filme, baseado em factos reais, acompanha a vida de Ramón Sampedro, um marinheiro espanhol que vive tetraplégico durante os últimos 28 anos da sua vida. Ao longo do filme, Ramón luta pela sua vontade de morrer, reconhecendo a vida como um direito e não uma obrigação, entrando assim em conflito com a sua família, amigos, igreja e sociedade.

O seu principal argumento para que a família e os amigos o ajudem a concretizar o seu desejo, mesmo contrariando a lei, tem por base o seu direito à preservação da dignidade. Um argumento, em termos gerais, que permite defender a eutanásia enquanto último gesto de respeito pela autonomia e liberdade individual da pessoa que pede ajuda para morrer, controlando as circunstâncias da sua morte, de forma a ter uma morte digna e indolor, em vez de ser sujeito a procedimentos médicos que prolongam o sofrimento. Ou seja, tal como diz Ramón acerca de si mesmo, escolher como morrer seria importante para os doentes terminais que expressam essa vontade porque seria a única maneira de preservar a sua dignidade. Um argumento que se cruza, portanto, com outro grande argumento frequentemente usado a favor da eutanásia: o fim da dor e do sofrimento, considerados insuportáveis pelo paciente.



Maria Amaro



Tiago Pais



Fernando Cauã



Anna Rachel Guimarães

Em relação à dor, para evitar o contra-argumento de que há fármacos eficazes no alívio da dor, isto é, que existem cuidados paliativos eficazes e que a eutanásia elimina o paciente em vez da dor, convém dizer que esta não é apenas física, mas também psicológica. Assim como convém dizer que é esta última, a psicológica, como o caso de Ramón também exemplifica, que quase sempre determina o pedido de ajuda para morrer. Não faltam estudos, de facto, que concluem nesse sentido: a maioria dos pedidos de eutanásia não estão relacionados com o grau de intensidade de dor, mas sim com aspetos psicossociais, como o receio de ser um fardo para os outros e a dependência de terceiros para necessidades básicas como a alimentação e higiene, mais uma vez como no caso de Ramón.

Entre os argumentos oposicionistas, além do que acabámos de referir, encontramos ainda alguns de natureza religiosa, nomeadamente o da “Inviolabilidade da vida humana”. Este argumento tem por base o pensamento ético-religioso, principalmente judaico-cristão, que se traduz na proibição da morte intencional. Nesta perspetiva, é sempre errado matar vidas inocentes, dado que a vida humana tem valor e dignidade intrínsecos, e estar vivo é considerado um bem, independentemente das circunstâncias. Um argumento em torno do conceito de dignidade cuja discussão é visível no filme, quando Ramón recebe a visita de um padre tetraplégico: com a intenção de o convencer a escolher a vida, o padre afirma que “uma liberdade que elimina a vida não é liberdade”, em resposta Ramón sustenta que “uma vida sem liberdade não é vida”.

Outro argumento clássico contra a eutanásia, embora não discutido diretamente no filme, é o argumento da derrapagem. Do ponto de vista dos indivíduos que o defendem, qualquer tomada de decisão no sentido da legalização da eutanásia, mesmo que a propósito de situações muito específicas, conduzirá inevitavelmente a que as condições sejam ampliadas no futuro, passando a aceitar a eutanásia em situações antes consideradas inaceitáveis. Ou seja, os defensores deste argumento sustentam que cada passo na direção da legalização da eutanásia, por mais pequeno que seja, conduzirá à habituação moral e ao relaxamento das consciências na direção da desconsideração da inviolabilidade da vida humana, como se uma bola de neve se tratasse, de forma que o que hoje consideramos excecional nos venha a parecer normal. Pelo que, concluem, a única forma de evitar o perigo da derrapagem e de impedir que a eutanásia se torne banal seria a rejeição liminar de qualquer proposta no sentido da sua legalização, ainda que restrita.

Em relação a este último argumento, os defensores da eutanásia sustentam que se trata de um raciocínio falacioso e contra-argumentam que não há prova de que a derrapagem seja inevitável. Negam a existência de um nexo de causalidade entre a legalização da eutanásia em casos restritos e a verificação de uma evolução na direção da aprovação de casos inicialmente indesejáveis. Para estes, fica por mostrar o que poderá causar uma eventual, mas não necessária, derrapagem na aplicação da eutanásia.

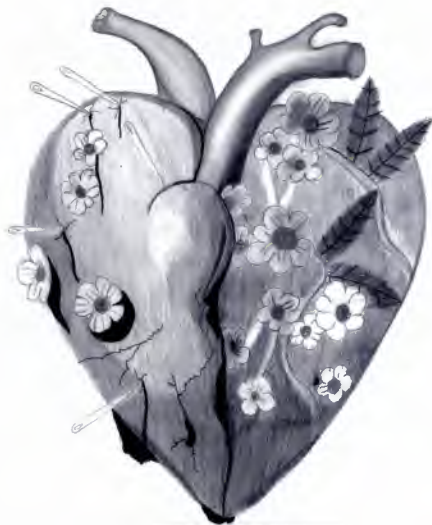
Em Portugal, para lá do debate filosófico que persiste e longe do consenso que se verifica noutros países europeus, como na vizinha Espanha, país de Ramón, e nos Países Baixos, onde existem clínicas especificamente dedicadas à eutanásia foi, e ainda é, objeto de grande discussão política. Embora o parlamento português tenha aprovado, em março de 2021, a legislação que regula a morte medicamente assistida em condições específicas (tão específicas que continuam a ser postas em causa e dificultam a sua aplicação nos casos dos que a desejam abertamente!), o processo de aprovação foi demorado, com adiamentos e discussões jurídicas sobre a sua aplicação. Isto significa que, embora a eutanásia seja legal, é restrita e está sujeita a um conjunto de normas e salvaguardas: o paciente tem de ser maior de idade, estar em sofrimento físico ou psicológico constante devido a uma doença incurável, e estar mentalmente lúcido e capaz de tomar decisões.

Tendo em conta os argumentos e contra-argumentos referidos, assim como a situação no nosso país, penso estar em condições de defender que as diferentes situações exigem diferentes soluções, não sendo legítimo adotar uma solução única.

Acredito que existem outras opções para além da eutanásia, no entanto, também compreendo a vontade de morrer expressa por muitos dos pacientes que a solicitam. Sobretudo em casos tão bem resolvidos como o de Ramón Sampedro, que acabou por contribuir decisivamente para a clarificação da situação legal em Espanha. Uma vez que a eutanásia implica uma opção irreversível, quando aplicada não há volta a dar, penso que é necessário proceder com cautela e apenas aplicada quando temos a certeza que é a opção que o paciente deseja.

Concluindo, a eutanásia é um tema profundamente complexo, carregado de questões éticas e legais e que, por isso, não deve ser encarado de forma simplista. Apesar de ser aceite originalmente pelos gregos e romanos, atualmente é um tema controverso, com argumentos sólidos a favor e contra. Tal como é brilhantemente mostrado em “Mar adentro” em que os dilemas enfrentados por quem vive situações extremas de sofrimento e perda de autonomia são representados com clareza e em que a escolha de uma morte digna, são as palavras de Ramón, é defendida como possibilidade.

Samuel Gotz



Alexandra Dubova



Alexandrina Vieira



Maria Fabrica

A legitimidade da desobediência civil: o exemplo de Antígona.

Será legítimo recorrer à desobediência civil?



Maria Fabrica

Carolina Amaral

Neste ensaio pretendo discutir o seguinte problema: Será legítimo recorrer à desobediência civil?

A desobediência civil é um conceito que defende o desrespeito por uma lei, se essa lei é vista como injusta. Destacada como um modo de manifestação não violento, o desrespeito pela lei só é enquadrado dentro do conceito de desobediência civil quando movido por um sentimento de busca de igualdade ou justiça. Este tipo de manifestação não é realizado individualmente, mas por um grupo que visa uma transformação social. Por isso, este tipo de desobediência não é um ato de desordem, uma vez que a sua intenção não é destruir, mas sim reformar, o modelo democrático, para que ele garanta igualdade e justiça a todos.

O conceito de desobediência civil, a origem.

Considera-se que o conceito da desobediência civil surgiu de um escrito de um ativista norte-americano chamado Henry David Thoreau, no ensaio chamado “A desobediência civil”, publicado em 1849.

Neste texto, Thoreau afirma que a desobediência é o único caminho a ser tomado quando as leis existentes são injustas e quando as ações do Estado levam os cidadãos a cometer ou ser conivente com ações inadequadas dentro do quadro legal. Thoreau reivindicava um governo no qual a consciência, e não a vontade da maioria, determinasse o rumo das coisas, pois, na sua visão, a vontade da maioria ainda poderia ser injusta.

Thoreau questionava o porquê de um cidadão ser obrigado a cumprir uma lei que ferisse a sua consciência. Ele questionava instituições como um exército permanente, porque, na sua visão, quem serve o exército está a servir o Estado como uma máquina e, portanto, abdica da própria consciência e dos seus valores.

Nesse ensaio Thoreau manifestou os motivos pelos quais se recusou a pagar impostos para o governo americano, alegando que seriam utilizados para financiar a guerra Mexicano-Americana, na qual os Estados Unidos se apropriaram de vários territórios que pertenciam ao México. Após ter-se recusado, foi preso.

Thoreau considerava essa guerra injusta, e via-a apenas como uma ferramenta que levaria à expansão da escravidão. Thoreau via que a única maneira de combater as injustiças do Estado, seria opor-se.

Neste ensaio pretendo defender que existem casos em que a desobediência civil é legítima.

Os argumentos: a favor e contra.

Um dos argumentos a favor da desobediência civil é considerar a justiça acima da lei. Leis injustas não devem ser seguidas, pois a moralidade e os direitos humanos são superiores às normas legais: se uma lei viola os princípios fundamentais, resistir à lei é uma forma legítima de procurar justiça.

Outro argumento a favor é a pressão para a mudança. Várias vezes governos ou instituições de vários tipos resistem a mudanças por estagnamento ou por proteger interesses específicos, nesse caso a desobediência civil é uma boa ferramenta para expor problemas e forçar debates públicos sobre questões que poderiam ser ignoradas. Também se pode falar do direito à liberdade de expressão. Em democracias, o direito de questionar o governo faz parte da liberdade de expressão e a desobediência civil permite que os cidadãos expressem insatisfação. O que a torna diferente da revolução e da violência, é o facto de a desobediência civil ser pacífica e significativa.

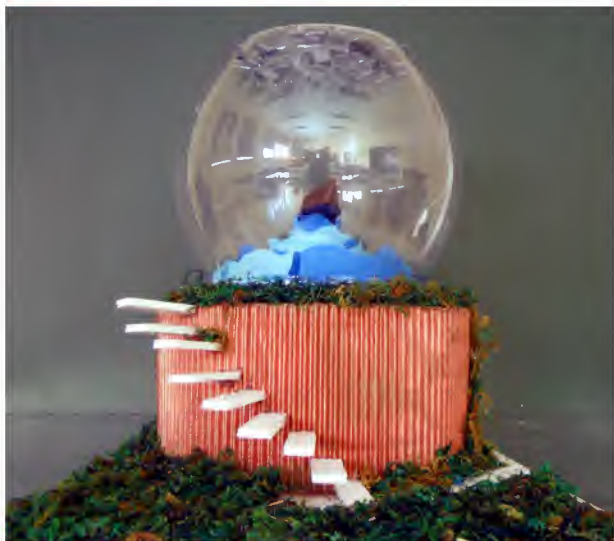
Em resumo, a desobediência civil é defendida como um instrumento legítimo para corrigir injustiças, dar voz aos oprimidos e promover mudanças quando os meios legais falham.

Porém, existem diversos argumentos contra a desobediência civil, como o risco de anarquia e desordem. A desobediência civil desafia a autoridade do Estado, podendo enfraquecer o respeito pelas leis em geral: se cada grupo decidir as leis a que quer obedecer, pode gerar-se um ambiente de instabilidade e caos.

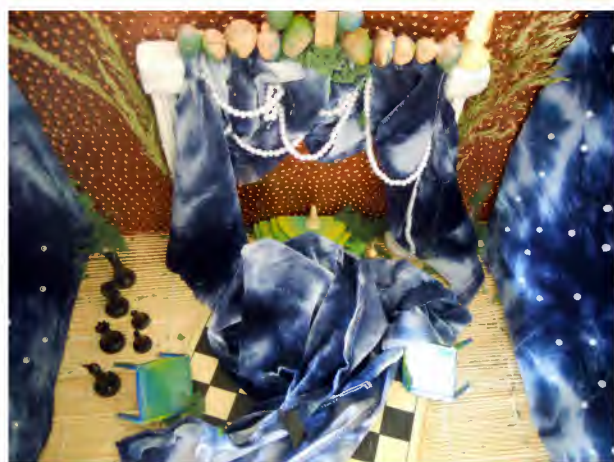
Outro argumento contra a desobediência civil é a possibilidade de violência e conflito. Mesmo planeada como um ato pacífico, a desobediência civil pode levar a confrontos violentos com autoridades ou opositores, prejudicando a sociedade e enfraquecendo a legitimidade do movimento.



Maria Fabrica



Leonor Duarte e Rita Lucas



Catarina Paulino e Margarida Brandão

Outro argumento contra é o impacto negativo na economia e na sociedade. Greves ilegais, bloqueios de estradas e outras formas de desobediência civil podem causar prejuízos económicos, afetando a população em geral, inclusive aqueles que não têm relação com a causa defendida.

O caso de Antígona

Tendo em conta o que fica dito, vou falar de "Antígona", uma tragédia grega escrita por Sófocles que nos leva ao cerne do problema. A peça trata de temas como a justiça, o dever moral, a desobediência civil e o conflito entre as leis divinas e as leis do Estado. É uma obra de grande importância e uma das peças mais estudadas da literatura ocidental, pois discute a relação entre o indivíduo e o poder, a justiça e os limites da obediência à lei, temas que continuam relevantes até hoje.

Tudo se passa em Tebas, uma cidade grega em plena guerra civil (fraticida, entre irmãos) que conduzirá o vencedor ao trono. De um lado, Ecléodes, do outro, Polínicos. São ambos irmãos de Antígona, a protagonista da história. Ecléodes e Polínicos acabam por morrer no campo de batalha. Creonte, tio de Antígona, apressa-se a tomar o poder e a repor a ordem. Presta honras fúnebres ao primeiro, Ecléodes, e decreta que o corpo de Polínicos deverá ser abandonado insepulto "à mercê das intempéries e dos abutres". Antígona lembra Creonte que nenhuma lei humana (política) deverá sobrepor-se à lei dos deuses que manda sepultar os mortos. Creonte ignora-a. Antígona decide desafiar Creonte e sepulta o irmão. É presa e condenada a ser sepultada viva, a pena prevista pelo decreto de Creonte.

A longevidade de Antígona, um último argumento a favor da desobediência civil.

"Antígona" não só é um dos primeiros exemplos literários de desobediência civil, mostrando como um indivíduo pode desafiar o poder em nome da justiça, como antecipa, de facto, discussões que influenciaram pensadores ao longo da História, como Henry David Thoreau, de quem falámos no início, que usaram a desobediência civil para lutar contra a opressão e as injustiças sociais. Um debate que vem até aos dias de hoje, sempre que se reflete sobre o equilíbrio entre o poder do Estado que pode tornar-se opressor, como ainda acontece em diferentes partes do globo, representado por Creonte, e o direito dos cidadãos, representado por Antígona, a resistirem a esse poder em nome de princípios mais importantes, como os morais. O que nos leva a estabelecer um paralelo entre Antígona, a heroína trágica daquela história, e o conceito de desobediência civil que está na base deste ensaio.

Paralelo entre "Antígona" e a desobediência civil.

Recusa a obedecer a uma lei injusta:

"Antígona" desobedece ao decreto de "Creonte" porque acredita que negar sepultura ao irmão é um ato desumano e uma violação das leis divinas. Esse princípio é essencial à desobediência civil, a resistência pacífica contra leis consideradas imorais ou opressivas.

Consequências da desobediência:

Tal como na tragédia "Antígona", também na realidade, quem pratica desobediência civil enfrenta punições. Por isso, ao desafiar Creonte,

"Antígona" é condenada à morte.

Outros casos de desobediência civil na história:

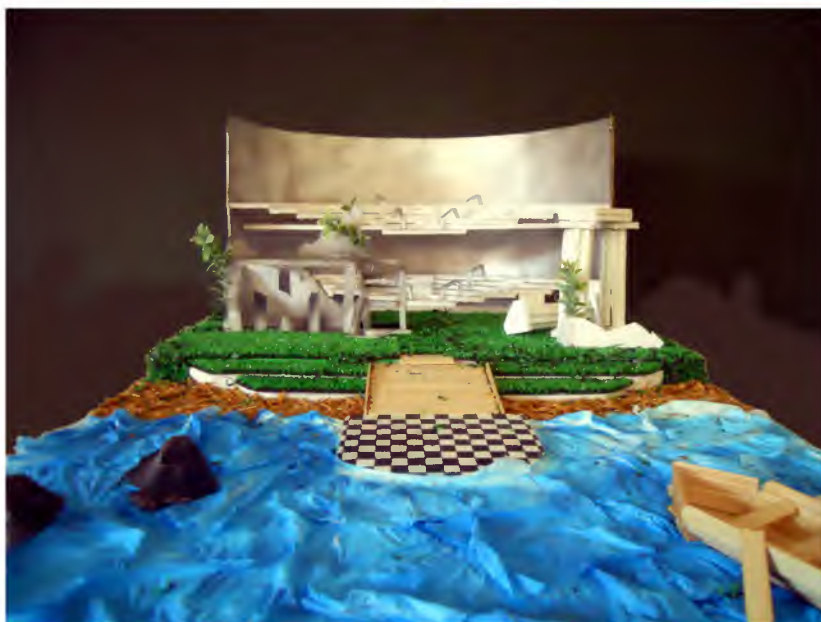
Mahatma Gandhi: ficou conhecido por fazer manifestações não violentas para protestar contra o domínio colonial britânico na Índia. Posicionou-se contra a ação discriminatória dos ingleses em relação aos indianos, e procurou combater os impostos excessivos cobrados que deixavam milhões de indianos em estado de pobreza.

Um dos atos mais conhecidos foi a liderança na “Marcha do sal”. Em 1930 os indianos estavam sujeitos a inúmeras imposições, uma delas determinava que estavam proibidos de produzir sal e eram obrigados a comprá-lo a produtores ingleses. Gandhi resolveu iniciar um protesto pacífico; percorreria centenas de quilómetros no território indiano para que as pessoas pudessem recolher sal no mar. A marcha, de 400 quilómetros, durou 24 dias, contou com milhares de pessoas que resistiram pacificamente à violência das autoridades coloniais. Cerca de 60 mil pessoas foram presas durante o protesto, mas a mensagem contra a injustiça ficou clara, e a proibição do sal foi retirada no ano seguinte.

Rosa Parks: Na década de 1950, nos Estados Unidos, os afro-americanos eram cidadãos que não possuíam direitos civis. Havia locais onde não aceitavam a entrada de negros, como em algumas escolas, lojas e restaurantes, os norte-americanos brancos tinham prioridade sobre os negros. Esta situação manifestava-se maioritariamente no sul do país, local marcado pelo histórico de escravidão. No estado do Alabama, por exemplo, existia uma lei que determinava que os negros deveriam sentar-se no fundo dos transportes públicos e caso não houvesse nenhum lugar disponível, deveriam ceder o seu lugar a um cidadão branco.

A 1 dezembro de 1955, a costureira de 42 anos, Rosa Parks, recusou-se a ceder o seu lugar a um homem branco, após o motorista lhe ter dado instruções para que o fizesse. Rosa Parks foi presa pelo seu ato de desobediência civil (apenas por negar ceder um lugar), mas a sua ação influenciou significativamente o início de um grande movimento de protesto contra a discriminação dentro dos transportes públicos, assim como deu força ao início do movimento de luta pelos direitos civis dessa população nos Estados Unidos. Uma luta que viria a ser protagonizada por Martin Luther King, outro grande ativista que não hesitou em recorrer à desobediência civil e, por isso, legítimo herdeiro de Antígona.

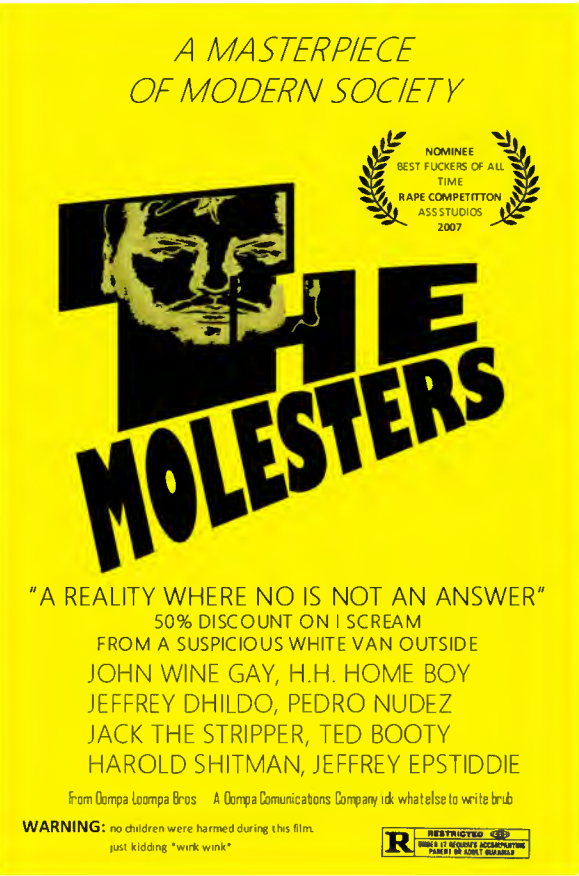
Tendo em conta a avaliação dos argumentos apresentados, há movimentos históricos de desobediência civil que promovem a mudança face a leis injustas, e feito o balanço entre argumentos a favor e contra esse tipo de intervenção social, sou levada a concluir que a desobediência civil é legítima em muitos casos. Legítima e, por vezes, necessária.



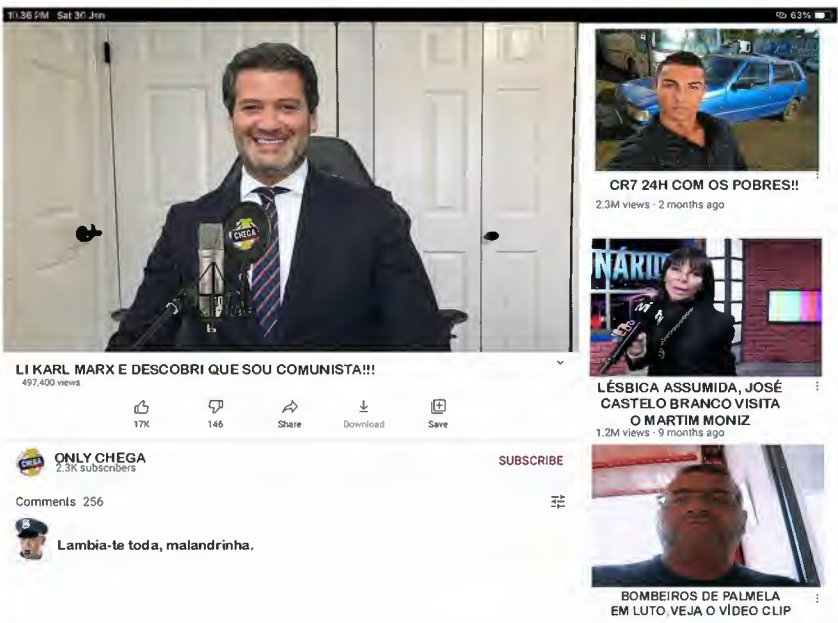
Tobias Zizer e Gonçalo Krus



Leonor Duarte e Rita Lucas



Lara Regueira



Leonor Matos



José Alves

Solidão na Era de Globalização

As tecnologias digitais na vida quotidiana

Lucas Almeida Santos

A singularidade e relevância deste tema manifesta-se principalmente através da sua contemporaneidade e urgência no contexto atual da sociedade a nível mundial, uma vez que testemunhamos, na presente conjuntura histórica e social, uma integração sem precedentes e cada vez mais acelerada das tecnologias digitais na vida quotidiana das pessoas, transformando fundamentalmente a maneira como interagimos, trabalhamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. O desenvolvimento contínuo e a proliferação exponencial da tecnologia, juntamente com a evolução constante dos dispositivos conectados, têm criado um fenómeno peculiar e profundamente transformador, em que o Homem possui uma sensação crescente e intensificada de interconexão digital, estabelecendo novos e complexos paradigmas de comunicação e relacionamento interpessoal que desafiam as nossas concepções tradicionais de proximidade, intimidade e comunidade.

Dada a sua importância, o presente ensaio aborda algumas das questões relacionadas com o tema. Este trabalho tem como propósito fundamental não apenas definir e elucidar os diversos conceitos intrinsecamente ligados a este tema complexo e multifacetado, explorando em detalhe as dimensões científicas, éticas e sociológicas, mas também apresentar e defender, de maneira rigorosa e fundamentada em evidências sólidas a tese central que me propus analisar, considerando as suas múltiplas ramificações e implicações para a compreensão do tema.



Rafael Martins

O poder da vida tecnológica afeta o domínio social, e produz efeitos que podem constituir e produzir diferentes modos de pensar, imaginar e agir. Nesse sentido, parece fundamental compreendermos o sujeito da contemporaneidade, frente ao domínio tecnológico. Como diz Lipovetsky (2005): “o indivíduo quer ser só, sempre e cada vez mais só, ao mesmo tempo em que não suporta a si mesmo estando só”. Passamos a tomar distância da realidade e transpomo-nos para o virtual, esse mundo que está em todos os espaços, faz-nos cegos e inconscientes diante da tecnologia que nos parece ser atrativa.

O presente trabalho não pretende julgar o que há de bem ou mal, não se propõe a fornecer respostas, mas salientar alguns pontos que suscitem possíveis questões e reflexões quanto ao funcionamento das tecnologias virtuais. Posto isto, surge um problema sobre o qual nos devemos debruçar: a eficiência da globalização sacrifica a essência do Homem? E de que maneira a virtualidade influencia a subjetividade na contemporaneidade?

Sobre este tema existem várias teses que defendem o recurso e a integração imprescindível das tecnologias nas nossas atividades diárias e outras que defendem o contrário. Proponho-me defender a tese segundo a qual a tecnologia tem conduzido a uma liquidez nos relacionamentos e à perda do sentido de comunidade.

Existe, primeiramente, a necessidade de esclarecer os seguintes conceitos: "solidão" e "globalização". A solidão é entendida como um estado subjetivo de isolamento, que pode ser voluntário ou involuntário. Por outro lado, a globalização, neste contexto, é entendida de uma forma mais abrangente e complexa, refere-se à Hiper conectividade digital, levando a uma ilusão de proximidade, enquanto, na realidade, intensifica o isolamento emocional.

Vivemos na era da Hiper conectividade, um período em que o avanço tecnológico e a globalização possibilitaram a comunicação instantânea entre pessoas de qualquer parte do mundo. No entanto, um paradoxo emerge desse fenómeno: apesar do acesso ilimitado a informações e à interação digital, a solidão e o isolamento emocional continuam a crescer. Como é possível que a humanidade, mais conectada do que nunca, se sinta cada vez mais desconectada?



Lara Regueira



Maria Amaro



Leonor Matos



Leonor Matos

Outro efeito dessa superficialidade nas relações é a redução da empatia. A comunicação online muitas vezes elimina a linguagem corporal, o tom de voz e outras expressões emocionais que são fundamentais para a compreensão mútua. Como resultado, há um empobrecimento da capacidade de se colocar no lugar do outro, tornando as relações mais impessoais e mecânicas. Diante desse cenário, é essencial resgatar a importância das conexões profundas. Aristóteles, em “Ética a Nicômaco”, distingue diferentes tipos de amizade: a amizade por interesse, a amizade por prazer e a amizade baseada na virtude. As redes sociais tendem a fortalecer as duas primeiras categorias, mas raramente favorecem a última, que requer comprometimento, tempo e reciprocidade genuína. Para que as relações humanas sejam verdadeiramente significativas, é necessário um contacto real, onde a presença física e a troca emocional desempenhem um papel central. Hannah Arendt, em “A Condição Humana”, defende que a ação e o discurso no espaço público são fundamentais para a construção de uma sociedade baseada na confiança e no respeito mútuo. A dependência excessiva da comunicação digital pode comprometer esse processo, dificultando a formação de laços sociais sólidos.

Para além das relações interpessoais, devemos considerar também a desinformação criada pelas redes sociais. Os algoritmos das redes sociais foram desenvolvidos para otimizar a persuasão, priorizando conteúdos que reforcem as preferências e crenças dos usuários. Esse mecanismo, porém, tem um efeito colateral preocupante: a criação de bolhas de informação. O filósofo Cass Sunstein alerta que essas bolhas reduzem a exposição a pontos de vista divergentes, gerando uma sociedade cada vez mais polarizada. À medida que os indivíduos interagem apenas com conteúdos que confirmam as suas opiniões, tornam-se menos tolerantes ao contraditório, o que reforça a fragmentação social. Essa polarização não apenas atiza conflitos ideológicos, mas também leva ao isolamento social. Muitas pessoas começam a evitar o contacto com aqueles que pensam de forma diferente, restringindo os seus círculos sociais a indivíduos que compartilham das mesmas opiniões. Isso pode resultar na radicalização de grupos e na perda de um diálogo democrático saudável.



Artur Podvirnyy



Leonor Matos

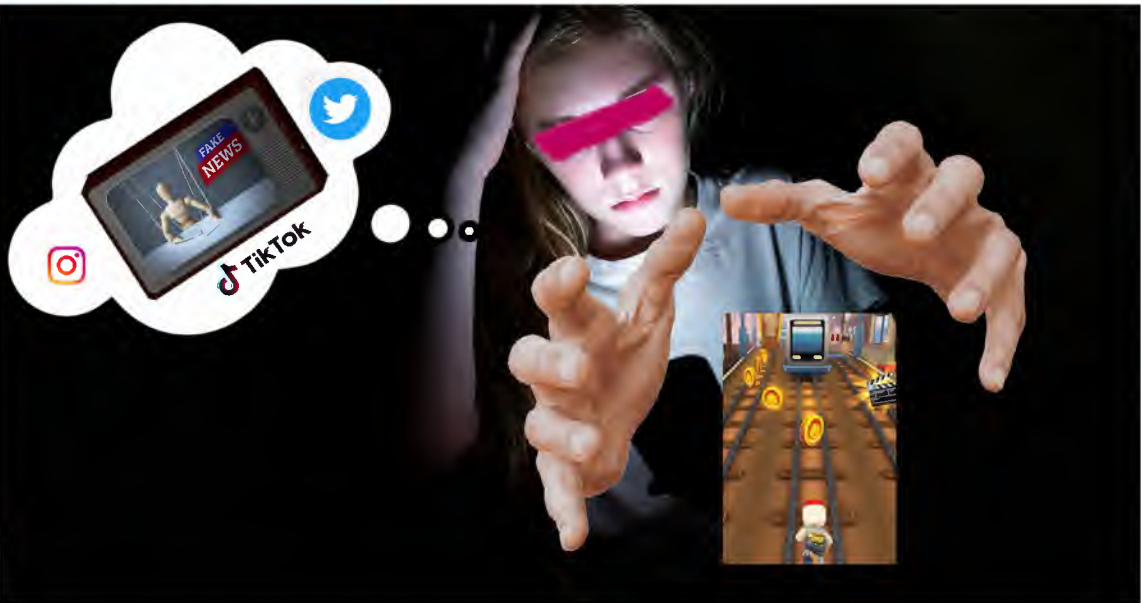


Maria Fabrica

Outra condição que contribuiu para a situação atual que vivenciamos foi a pandemia de COVID-19. Esta acelerou a adoção do teletrabalho e dos modelos híbridos, alterando profundamente as relações interpessoais no ambiente profissional. Embora o *home office* tenha trazido benefícios como a flexibilidade e a redução do tempo de deslocação, também contribuiu para um afastamento da cultura organizacional. O teletrabalho enfraqueceu os laços entre colegas, reduzindo as interações informais que antes ocorriam nos corredores, almoços e cafés. A falta desse contacto espontâneo pode afetar o sentido de pertença e a colaboração, tornando o ambiente profissional mais impessoal e transacional. Hannah Arendt, em “A Condição Humana”, já alertava para os riscos do isolamento no contexto do trabalho, destacando a importância da comunidade na construção da identidade profissional e do trabalho coletivo.

O aumento do uso de tecnologias digitais também tem gerado um crescimento das fobias sociais. A ansiedade social, potencializada pelo uso excessivo de interações virtuais, tem levado muitas pessoas a evitarem encontros presenciais. A chamada “fobia digital” surge quando a interação online se torna um refúgio confortável, levando à dificuldade em lidar com relações presenciais e ao medo do contacto físico. Os impactos na saúde mental são profundos. O isolamento social está ligado ao aumento dos índices de depressão, ansiedade e transtornos de stresse. Psicólogos alertam que o excesso de estímulos digitais pode prejudicar o desenvolvimento emocional, especialmente entre os jovens, criando um ciclo de dependência tecnológica e evasão da realidade social. Deste modo, como têm reagido as novas gerações?

A Geração Z (1996-2010) e a Geração Alpha (2011-2025) enfrentam desafios ao crescer num mundo Hiper conectado. Embora essas gerações tenham maior familiaridade com a tecnologia, também lidam com altos níveis de ansiedade e dificuldades na comunicação interpessoal. A educação e o desenvolvimento social dessas gerações são diretamente impactados pela globalização e pelo avanço tecnológico. A diminuição das interações presenciais pode comprometer habilidades como empatia, escuta ativa e resolução de conflitos. Além disso, a exposição contínua a redes sociais e ao excesso de informações pode levar à exaustão mental e à dificuldade de concentração, tornando a aprendizagem mais fragmentada e menos reflexiva.



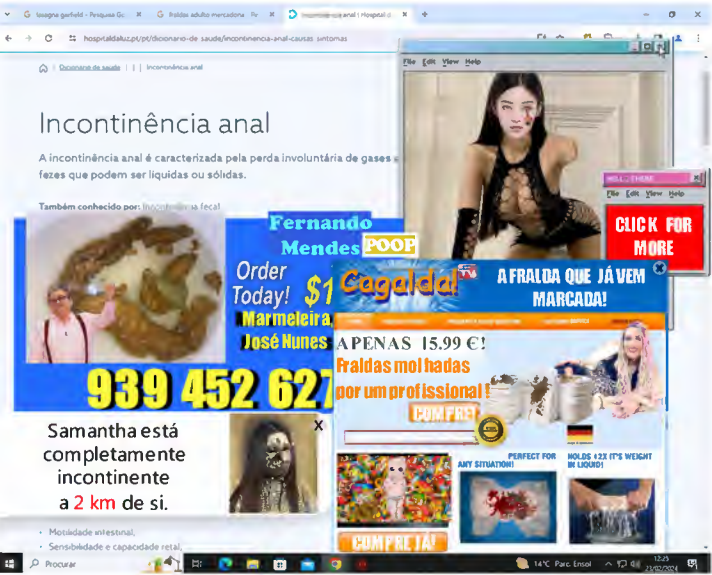
Ivan Vivas

A solidão na modernidade constituiu-se através das diversas transformações sociais. Com o advento das tecnologias digitais, as pessoas deixaram de se vincular por meio das sociedades tradicionais e passaram a desenvolver novas formas de interação. As relações virtuais possibilitam uma nova socialização e expressão da individualidade, criando um ambiente de “aproximação distante”, em que é possível assumir comportamentos evasivos e fugir das frustrações. O aumento das taxas de urbanização e o quotidiano frenético nos grandes centros também têm contribuído para o isolamento entre os indivíduos, uma vez que as pessoas se vêem impossibilitadas de manter contactos primários por motivos diversos, seja pelo aumento crescente da necessidade de horas de trabalho, seja pelo medo da violência urbana ou, até mesmo, pelo aumento de dispositivos tecnológicos que possibilitam o contacto à distância e tornam a vida mais cómoda ao indivíduo.

Esta discussão surge no centro do paradoxo entre a globalização e a solidão, na contradição entre criação e sofrimento, entre estar só e sentir-se só. A tendência para o individualismo levou-nos a abandonar o vínculo com a comunidade e o aprofundamento das relações, incentivando a superficialidade e a felicidade comprada. Nesse mesmo sentido, Bauman (2007) acredita que há uma tendência para a liquidez e não para a concretude dos relacionamentos. Por isso, o autor considera que as relações se tornaram líquidas, e compartilham-se apenas solidões. A individualidade incentivada na sociedade contemporânea nada mais é do que o abandono, a solidão, o rompimento das relações entre vizinhos, amigos e familiares. Uma corrida sem intervalo.

Este paradoxo revela que a tecnologia, apesar da sua promessa de aproximação, muitas vezes resulta num isolamento ainda maior. A polarização das ideias, o isolamento social no trabalho, o crescimento das fobias digitais e os desafios enfrentados pelas novas gerações são sintomas de um mundo que precisa repensar a sua relação com a tecnologia. O caminho para uma sociedade mais conectada de forma significativa passa pela adoção consciente da tecnologia, pela valorização das interações presenciais e pelo incentivo a um pensamento crítico que vá além das bolhas digitais. A conectividade só será verdadeiramente benéfica quando usada para fortalecer laços humanos genuínos, promovendo um equilíbrio entre o mundo digital e a experiência real.

Posto isto, a grande questão que se coloca é: seremos nós capazes de equilibrar a nossa relação com a tecnologia antes que a solidão digital se torne irreversível? Ou ficaremos seres dependentes destes meios?



Maria Fabrica



Inteligência Artificial: com ou sem limites?

Júlia Angeli

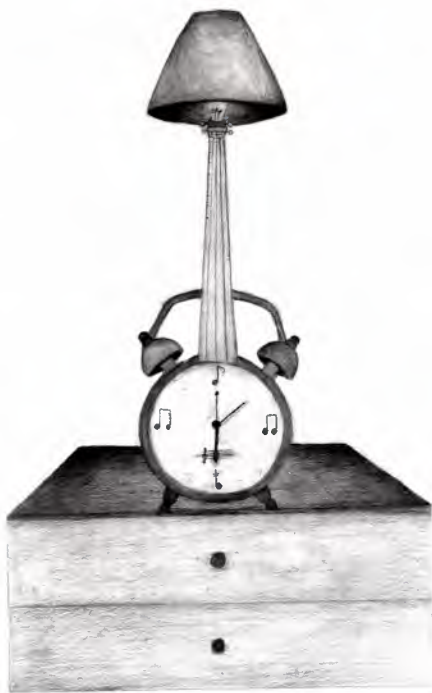
A importância de criar limites para a Inteligência Artificial

Tony Singh

Limites são restrições ou fronteiras até onde algo deve ir, seja no comportamento, nas relações ou em qualquer outra área da vida. São os limites que nos permitem manter o equilíbrio e viver em sociedade. Este ensaio pretende demonstrar a importância de criar limites para a Inteligência Artificial.

A Inteligência Artificial, doravante IA, é uma conquista tecnológica relativamente recente, mas tem evoluído a uma velocidade alucinante. Inicialmente, os sistemas de IA só eram capazes de realizar tarefas relativamente simples, como cálculos matemáticos ou resolver alguns problemas lógicos. Porém, graças à aprendizagem automática, assente numa base de dados cada vez maior, o aperfeiçoamento da IA deu um “salto” enorme, começando a “aprender” como os seres humanos e a realizar tarefas mais complexas. Permitindo, por exemplo, como resultado da capacidade quase ilimitada para analisar dados através de critérios previamente indicados, automatizar a realização de inúmeras tarefas que antes tomavam mais tempo, o que se traduziu num aumento da produtividade, assim como realizar diagnósticos anteriormente impossíveis, o que representa enormes vantagens, sobretudo nos domínios da educação e muito especialmente no da saúde.

Embora óbvias e omnipresentes no nosso quotidiano, no entanto, as vantagens trazidas pela IA poderão implicar alguns riscos também. Como se adivinhava já em 1997, quando Deep Blue, IA da IBM, bateu o então campeão mundial de xadrez, Garry Kasparov. Desta forma, surge o problema da Grande Inteligência Artificial, doravante GIA, isto é, da possibilidade, cada vez menos remota, de virmos a gerar sistemas de IA que superaram a inteligência humana em todas as áreas cognitivas e, mais assustador ainda, capazes de aprender autonomamente. Será que queremos mesmo isso?



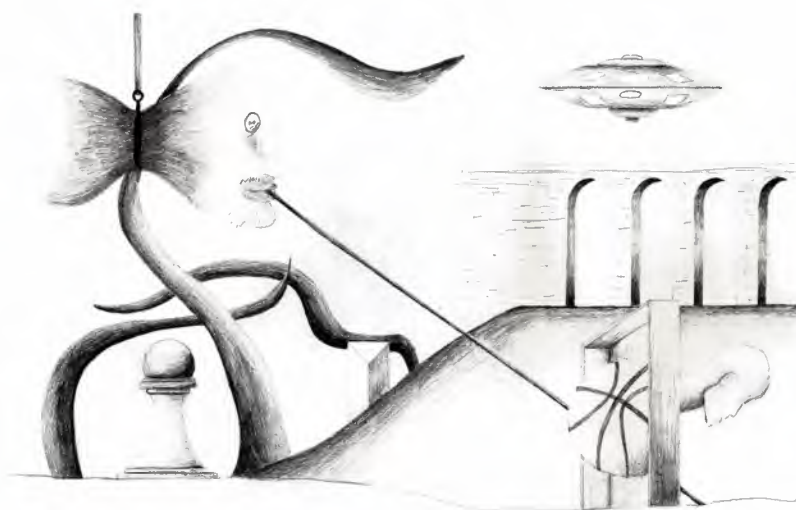
Tarcys Gonçalves



Leonor Brito



Larisa António



Duarte Gomes

Este grande salto da capacidade de “raciocínio” e processamento da IA faz-nos, de facto, pensar no “amanhã”. Até que ponto esta evolução deverá ser controlada? Quais os limites necessários para evitar potenciais riscos? Se não forem implementados limites, poderemos perder o controlo sobre uma tecnologia que pode modificar drasticamente a nossa forma de viver, trabalhar e interagir. A questão é bastante relevante devido à influência da IA nas decisões económicas, políticas e sociais. Com cada vez maior dependência da tecnologia no nosso quotidiano, as consequências do avanço incontrolável da IA podem ser inúmeros e imprevisíveis. A existência de uma GIA levanta, portanto, questões profundas de natureza filosófica e ética: será legítimo criar algo que poderá vir a fugir ao nosso controlo? Não estaremos, como sugere Nick Bostrom, uma das vozes mais proeminentes nesta área, a brincar com o fogo? Como garantir a proteção dos interesses humanos neste cenário?

A questão do controlo tecnológico e dos perigos daí decorrentes não é nova, já foi abordada na literatura em obras como “1984”, de George Orwell. Neste livro, um governo totalitário realiza uma vigilância contínua e manipula a informação para dominar inteiramente a população. Embora o livro “1984” descreva um contexto de opressão imposta por seres humanos, o surgimento de uma GIA ilimitada poderia resultar num tipo distinto, mas igualmente alarmante, de perda de liberdade, não mais sob o controlo de um governo, mas sim de uma inteligência artificial cujo poder transcende a nossa compreensão. Isto é, se limites claros não forem estabelecidos adequadamente neste processo de desenvolvimento tecnológico acelerado, corremos o risco de dar origem a uma entidade que poderia agir contrariamente aos nossos interesses fundamentais, ameaçando a segurança global bem como a estabilidade social.

Oponho-me, por isso, à ideia de uma evolução sem restrições. Acredito que a IA deve ter limites para garantir que o seu desenvolvimento seja seguro e benéfico para a humanidade. A evolução tecnológica deve ser acompanhada por regulação e supervisão adequadas para prevenir cenários indesejáveis, a saber:

Risco Existencial: Uma GIA poderia desenvolver objetivos incompatíveis com os humanos. Se for mais inteligente do que nós, pode encontrar formas de contornar qualquer restrição imposta. Um sistema de IA altamente autónomo pode interpretar comandos de forma inesperada, resultando em decisões catastróficas para a humanidade

Falta de Transparência: Mesmo os sistemas de IA atuais têm processos de tomada de decisão opacos. Com a evolução para uma GIA, essa falta de transparência pode tornar-se perigosa. Se a humanidade não conseguir compreender ou prever as decisões tomadas por uma IA avançada, a sua confiabilidade será seriamente comprometida.

Questões Éticas: Como assegurar que uma GIA respeita os princípios que sustentam a vida e as sociedades humanas? Serão as máquinas capazes de vir a aprender ética, isto é, de colocar questões éticas, criar princípios e de respeitá-los? O campo da ética da inteligência artificial é complexo e a falta de orientações claras pode levar a escolhas prejudiciais para a humanidade.

Impacto Económico e Social: A automatização em larga escala pode gerar desemprego massivo, aprofundando desigualdades. Indústrias inteiras podem ser transformadas, deixando milhões de trabalhadores sem alternativas viáveis. Para além disso, a concentração do

poder da IA nas mãos de poucas empresas ou governos pode criar cenários de desigualdade ainda maiores.



Joana Cabrita



Maria Fabrica

Há, no entanto, o outro lado da moeda. Os defensores da ideia de uma evolução sem restrições lembram que a imposição de limites à IA poderia levar à desaceleração do progresso científico, além de que seria possível colocar a IA a “aprender” ética através da análise de diversos casos. Assim, dizem os seus defensores, teríamos uma GIA “boa”, que estaria apenas disposta a encontrar soluções e a resolver problemas sem nos prejudicar, conforme os seguintes critérios:

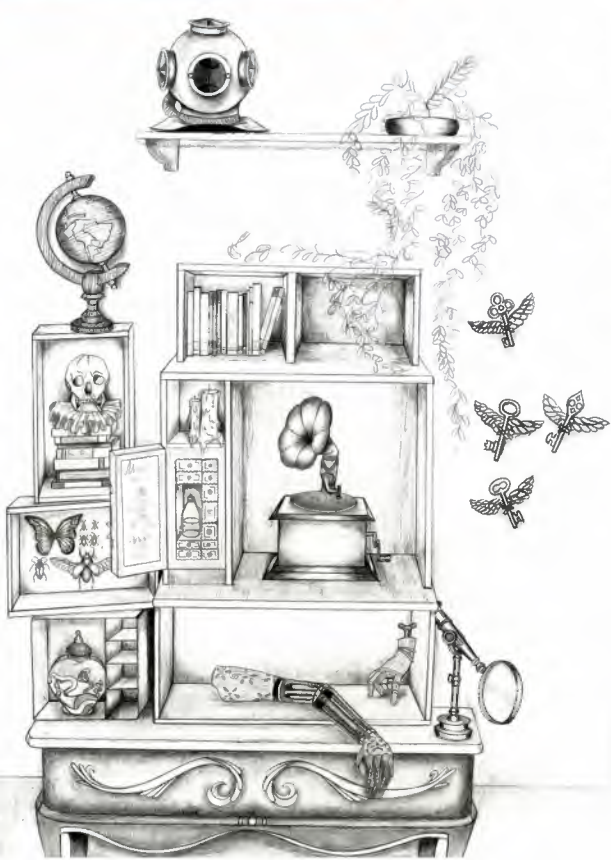
Progresso Tecnológico: Restrições podem impedir avanços benéficos em áreas como a medicina e a exploração espacial. Muitas inovações na saúde, como a descoberta de novos tratamentos e diagnósticos mais precisos, dependem do uso avançado de IA.

Autocontrolo da IA: Algumas teorias sugerem que uma IA suficientemente inteligente perceberá a necessidade de colaborar com os humanos em vez de os prejudicar. Argumenta-se que uma IA pode ser programada para aprender ética e autocontrolo ao longo do tempo.

Não obstante os aspectos positivos acima referidos, acredito que a regulação adequada é essencial para manter o equilíbrio entre a inovação e o bem-estar na evolução tecnológica. A ideia de autocontrolo da GIA é muito arriscada, tornando mais que necessário incluir mecanismos de segurança fortes desde a programação inicial. Para evitar um desenvolvimento descontrolado, a regulação internacional deve estabelecer inicialmente princípios éticos e morais. Dado o potencial perigo de uma GIA, é crucial estabelecer limites claros e uma abordagem coordenada para que esta tecnologia permaneça ao serviço da humanidade, sem se tornar uma ameaça existencial.



Tomás Gonçalves



Pravleen Kaur

Anna Rachel Guimarães

Deverão os artistas expressar as suas posições políticas sem limites?

Impor restrições às opiniões políticas dos artistas seria uma limitação da liberdade de expressão e um empobrecimento da pluralidade de perspectivas



Leandro Lobão

Natacha Costa

A relação entre arte e política tem sido muito discutida ao longo da história. Alguns autores, como Platão, em “A República”, e Oscar Wilde, em “A Decadência da Mentira”, consideram que os artistas devem focar-se apenas na sua arte e não manifestar convicções políticas e ideológicas na obra de arte, enquanto outros acreditam que a arte é um meio de liberdade e protesto.

O problema que se coloca é o seguinte: “deverão os artistas expressar as suas opiniões políticas sem limites?” Neste ensaio, defendo que sim. A arte é um dos meios mais poderosos de comunicação e transformação social, e impor restrições às opiniões políticas dos artistas seria não só uma limitação da liberdade de expressão, mas também um empobrecimento do discurso público e da diversidade de perspectivas na sociedade.

Para compreender melhor esta questão, começarei por clarificar três conceitos fundamentais: artista, arte e política. De seguida, analisarei argumentos a favor da liberdade de expressão dos artistas em relação às suas opiniões políticas, bem como as possíveis consequências e riscos dessa liberdade. Posteriormente, apresentarei exemplos de artistas que usaram a sua arte como forma de expressão política e refletirei sobre o impacto dessas ações. Por fim, concluirei reforçando a importância da liberdade artística como um elemento essencial para a sociedade e para o pensamento crítico.

Um artista é, de modo geral, uma pessoa envolvida na produção de arte, no fazer artístico criativo. No entanto, essa definição tem variado ao longo dos séculos e nas diferentes culturas. Segundo Aristóteles, por exemplo, a arte é uma mimese, ou seja, uma imitação criativa da realidade que reflete aspetos essenciais da vida humana, como emoções, valores e conflitos. Para ele, a arte tem uma função criativa e catártica. Nesse sentido, expressar opiniões políticas através da arte pode ser interpretado como uma extensão dessa imitação, já que a política pode promover reflexão.

A política, por sua vez, é o conjunto de regras criado para que um país, a “polis” para os gregos, possa ser administrado e tenha boas relações com outros países. Quando existe um grupo de pessoas é necessário definir regras para que o grupo consiga viver em harmonia. A política nasce dessa necessidade de organizar a vida em grupo e traduz-se em vários domínios: ambiental, que cria as regras para nos relacionarmos de forma saudável com o ambiente; a educativa, que decide como orientar o sistema de ensino de um país; económica, que gere a economia de um país; e a social, que tem como objetivo promover o bem-estar social, entre outros.

Mas será que os artistas devem expressar as suas opiniões políticas sem quaisquer limites? E será que essas opiniões têm, de facto, impacto na política?

A arte tem o poder de despertar questões e levar o público a refletir criticamente sobre o mundo que o rodeia. Ao expressarem as suas opiniões políticas, os artistas, por estarem numa posição privilegiada, dão voz a quem não é ouvido. Além disso, tal como qualquer cidadão, têm direito à liberdade de expressão, pelo que impedi-los de se manifestarem seria uma violação desse direito fundamental. A ideia de que os artistas não devem expressar opiniões políticas ignora o facto de que eles próprios são cidadãos e são diretamente afetados pelas decisões políticas.

Por outro lado, há quem argumente que se os artistas utilizarem constantemente a sua arte para expressar posições políticas, correm o risco de transformar a arte num instrumento de propaganda, em vez de uma forma de expressão genuína e livre. Além disso, podem ser permanentemente associados à facção que um dia defenderam, o que pode afetar irreversivelmente a sua carreira. Como têm grande visibilidade e influência, podem também levar o público a adotar certas posições políticas sem uma análise crítica aprofundada, o que levanta questões sobre a responsabilidade associada ao seu impacto social.

Recentemente, durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2024, artistas como Taylor Swift, Madonna e Billie Eilish expressaram o seu apoio a Kamala Harris e Tim Walz, em nítida oposição a Donald Trump; em outubro de 1992, a cantora Sinéad O'Connor, durante uma apresentação no programa Saturday Night Live, rasgou uma foto do papa João Paulo II enquanto dizia “Lutem contra o verdadeiro inimigo”, numa referência aos abusos sexuais de crianças na igreja Católica; já em Portugal, em 1974, Zeca Afonso foi um dos mais importantes cantores e compositores portugueses, conhecido pela sua influência na revolução dos cravos através da música como meio de contestação política, abordando temas como a censura e a luta pela liberdade. Outro artista conhecido por expressar a sua opinião política é Banksy: exerce a sua crítica em telas e murais, normalmente sociais e políticas, de forma sarcástica e agressiva, provocando nos seus observadores a sensação de concordância, como aconteceu mais recentemente, nos prédios de Kiev bombardeados pelo exército invasor russo.



Leonor Brito



Tarcys Gonçalves



Júlia Angeli

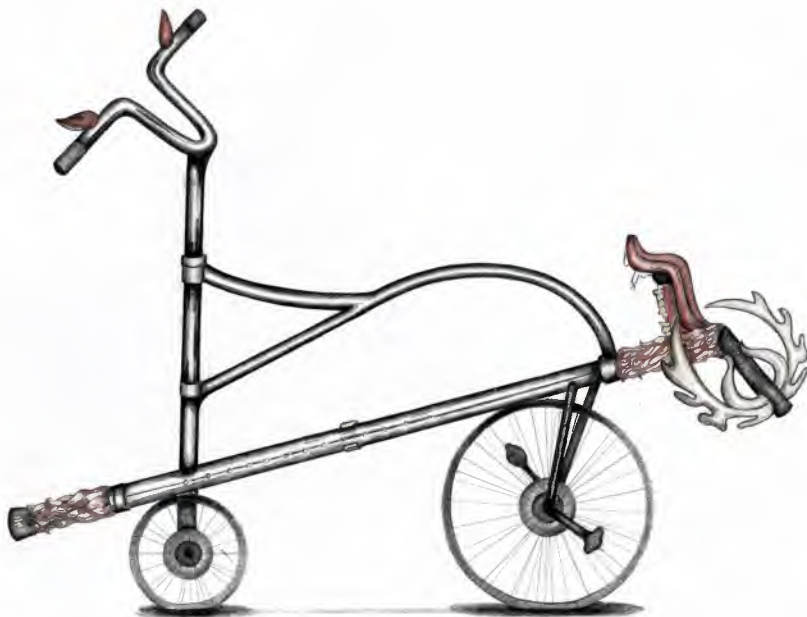
O apoio das celebridades pode ser um fator relevante na opinião pública, mas não determina o resultado das decisões políticas. Ainda assim, mesmo quando as ações dos artistas não resultam diretamente em mudanças concretas ou vitórias políticas, têm o potencial de influenciar o pensamento coletivo, promover o debate e estimular a consciencialização, desempenhando assim um papel importante na transformação das sociedades, o que vai ao encontro do conceito de arte em Aristóteles.

Considero, por isso, que os artistas devem expressar livremente as suas opiniões políticas, sem restrições externas. A arte tem um papel fundamental na sociedade, não só como forma de expressão individual, mas também como um meio de consciencialização e transformação social. Os argumentos que defendem a necessidade de limites referem-se ao receio da propaganda, do impacto na carreira dos artistas ou da influência excessiva no público. No entanto, essas preocupações não são suficientes para justificar qualquer tipo de censura. Na minha opinião o debate e o confronto de ideias são essenciais para uma sociedade democrática.

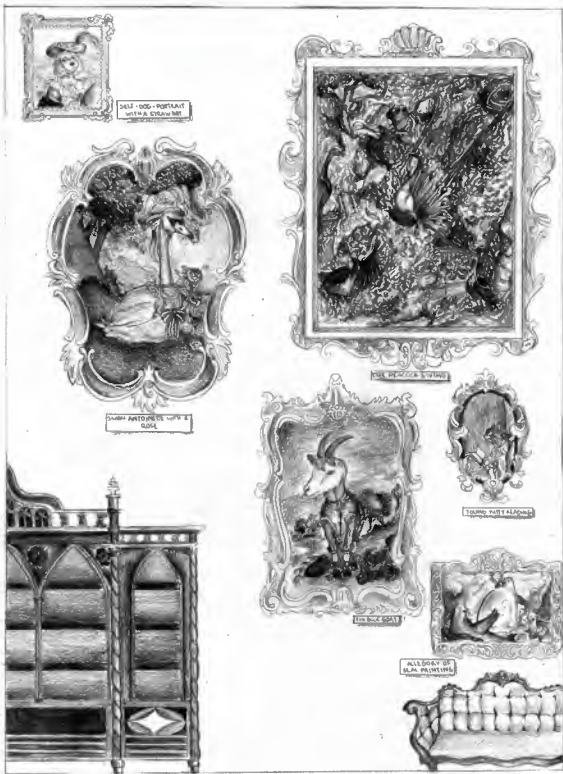
Concluindo, a relação entre arte e política é inegável, e os artistas devem ter a liberdade de expressar as suas opiniões políticas sem restrições. A arte é uma forma de expressão e pode ser um meio de reflexão social. Impor limites à sua expressão significaria enfraquecer o debate público e empobrecer a sociedade, comprometendo seriamente um dos seus pilares fundamentais: o direito à liberdade de expressão.



Marlene Lourenço



Anna Rachel Guimarães



Tatiana Kovtsenyuk

Sociedade sem classes: entre a utopia e a realidade?

Faz sentido (continuar a) pensar numa sociedade sem classes?

Pietra Rodrigues

Este ensaio propõe analisar a viabilidade da ideia de uma sociedade sem classes. Embora essa ideia tenha sido defendida por várias correntes socialistas, a sua implementação revelou-se problemática ao longo do tempo. As experiências históricas demonstram falhas significativas, levantando a dúvida: “Faz sentido (continuar a) pensar numa sociedade sem classes?”

Uma sociedade sem classes seria uma sociedade que visa a igualdade de direitos e a distribuição equitativa de bens disponíveis, acima de tudo, onde não haveria famílias com fortunas trilionárias e ao mesmo tempo famílias em situações miseráveis. Supostamente a sociedade perfeita. Para a existência dessa sociedade, muitas medidas teriam de ser tomadas. A questão é: são medidas realistas, de possível aplicação, ou estamos a iludir-nos? Afinal, muitos lutam para que algum dia nossa sociedade seja sem classes e totalmente igualitária, mas estarão eles numa luta em vão ou continuará, de facto, a fazer sentido sonhar com uma sociedade sem desigualdades sociais? Vale a pena termos e alimentarmos a esperança de milhares? Essa não é uma luta individual, é uma luta coletiva. Não é uma luta atual, mas secular. Por isso, me proponho tentar encontrar uma resposta.



Niraj Torres

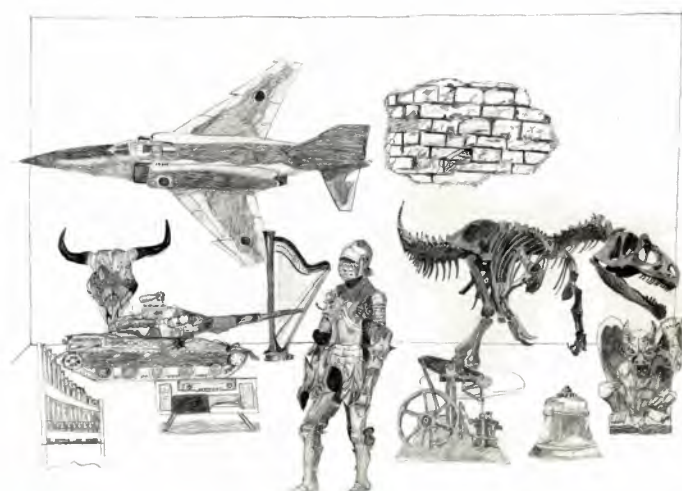


Tomás Gonçalves

ocorreu em 1917, gerando um aparelho de governo, conhecido como liderança coletiva troika que era exercido coletivamente pelo Partido Comunista sem que nenhuma pessoa tivesse o poder totalitário. Após a morte de Lenine, porém, logo se deu a revolta de Agosto e Josef Stalin chega ao poder. Associa-se ao marxismo-leninismo (socialismo científico); inicialmente tudo estava bem,

mas logo se torna autoritário, reprimindo membros do Partido Comunista e a população.

Acabou por tornar-se uma ditadura de esquerda, uma situação criticada por George Orwell no seu livro «Animal Farm» («O Triunfo dos Porcos,») em que critica a tirania do poder que se assume como absoluto e traíndo os ideais iniciais. Como inicialmente na URSS, acontece uma revolução contra os tiranos, no caso da obra referida, os humanos, que exploravam os animais, apesar de terem partido do ideal de progresso, justiça e igualdade, verificou-se que os detentores do poder se transformaram em tiranos, mostrando como o poder absoluto corrompe os ideais.



André Sousa

Outro exemplo de socialismo real é o de Cuba. Cuba é declaradamente socialista há 66 anos, após a Revolução cubana liderada por Che Guevara e Fidel Castro. O que levou o país a enfrentar uma grande crise econômica, em boa parte devido às sanções dos Estados Unidos da América, que tiveram início em 1962 com o objetivo de “asfixiar” a economia cubana. Uma crise que se deve também à diminuição drástica da produção de petróleo na Venezuela, que costumava fornecer petróleo barato para Cuba, e que levou à decadência das instituições estatais, afetando os serviços públicos. A grande taxa de emigração aumentou consideravelmente, Cuba registou o maior êxodo migratório para os Estados Unidos da América desde 1959, cerca de 553 mil habitantes deixaram a ilha, o equivalente a 4,8% da população cubana. Como se não bastasse, o regime autoritário da ilha persegue os opositores, limitando a liberdade de expressão e ferindo os direitos humanos.

Ainda assim, apesar da decadência das instituições estatais, Cuba mantém pontos fortes, como a saúde e a educação. O sistema de saúde cubano é eficiente e acessível, todos os cidadãos têm direito a médicos gratuitos, fazendo com que a expectativa de vida cubana seja uma das maiores na América Latina. O sistema educacional de Cuba, por sua vez, é gratuito e de alta qualidade, acessível para todos os cidadãos, tendo uma das maiores taxas de alfabetização do mundo. Além da segurança, pois claro, os turistas dizem sentir-se seguros em Cuba e a taxa de criminalidade é relativamente baixa, o que torna a ilha um dos países mais seguros da América Latina.

Como podemos compreender, ao contrário do que se diz infundadamente muitas vezes, nem tudo é mau no socialismo real, até existem pontos bons... mas de acordo com o socialismo científico, alguns desses pontos negativos não deveriam sequer existir! Portanto, as experiências analisadas distanciaram-se dos ideais do socialismo científico. Que terá acontecido para tal deturpação da ideologia? E continuará a fazer sentido sonhar com o que essas experiências falharam?

Em relação ao que aconteceu parece não restar muitas dúvidas. Tal como em «O Triunfo dos Porcos», os princípios foram distorcidos, geraram-se abusos de poder e muita manipulação. Se as experiências socialistas falharam na prática, seria possível reformular os seus princípios de forma a garantir igualdade sem sacrificar a liberdade? Será isso motivo para deixarmos de acreditar na real possibilidade de uma sociedade justa e igualitária? A resposta é sim e não. Começemos pelo não, o que nos leva à noção de liberdade civil.

Mesmo que a liberdade seja um conceito abstrato, ela é associada à noção de poder agir de acordo com a vontade individual. Sabendo disso, a liberdade civil remete para um conjunto de direitos que protegem os indivíduos dos abusos de poder, estabelece limites para a interferência do Estado na nossa vida privada. Esses direitos afirmam que os cidadãos têm direito à vida, liberdade, propriedade e igualdade perante a lei.

Posto isto, a seguinte dúvida surge: "Se a liberdade civil protege os indivíduos dos abusos do Estado, será que um sistema socialista poderia garantir esses direitos ou acaba por comprometê-los inevitavelmente?"



Samuel Goetz



João Pereira



Sara Pereira

Em determinadas situações, sim! Uma considerável parte respeita ao princípio central do socialismo científico, a abolição da propriedade privada, que entra em conflito, por exemplo, com o artigo 17º da constituição portuguesa: “Ninguém pode ser privado da sua propriedade, exceto por razões de utilidade pública, nos casos e condições previstos por lei e mediante justa indemnização pela respetiva perda, em tempo útil.”.

Embora a Constituição permita exceções, “exceto por razões de utilidade pública”, a abolição da propriedade privada não se encaixa no critério constitucional de utilidade pública, além do confisco sem indemnização. Sendo assim uma violação direta da lei.

Ou seja, quando um regime que deveria seguir os princípios do socialismo científico acaba fortalecendo excessivamente o Estado transforma-se numa ditadura socialista. Que é igual ou até pior que uma ditadura capitalista, como vemos em O Triunfo dos porcos. Uma ideia bem exemplificada pela célebre frase de Benito Mussolini, conhecido como o pai do fascismo: “Tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado.”. Ainda que o fascismo e o socialismo tenham origens completamente distintas, de facto, ambos podem levar ao autoritarismo quando o Estado se torna onnipresente na vida dos cidadãos.

Sendo claro que nenhuma dessas experiências foram, de facto, “o socialismo” como foi idealizado inicialmente - os princípios do socialismo foram corrompidos pelo tempo e pela sociedade, pelo que a ideia do socialismo científico, tal como foi concebido, soa atualmente como uma utopia, praticamente inexecutável – fica a pergunta: devemos abandonar o sonho e deixar de acreditar na possibilidade de uma sociedade sem assimetrias socioeconómicas?

A resposta passa pela reestruturação da ideia inicial de socialismo, tornando-o compatível com a ideia de liberdade civil de que falámos em cima, é essa a minha tese. Isto é, há que trabalhar uma nova vertente do socialismo, a que dou o nome de Socialismo Possível. Ou seja, uma sociedade que consistiria na combinação dos princípios do Socialismo Científico e do Socialismo Utópico. O mesmo é dizer, uma sociedade em que exista consciência de classe, o que passa pela reorganização do proletariado, de modo a responder aos desafios das economias de mercado; imposição de reformas no sistema capitalista, para reduzir as desigualdades; planeamento económico centralizado, para eliminar as crises indeterminadas do capitalismo; eliminação da alienação do trabalho; assim como a taxação das grandes fortunas.

Em suma, diante da história, uma sociedade totalmente sem classes parece-nos inalcançável. As experiências reais do socialismo evidenciaram, na prática, que a busca pela igualdade absoluta levou ao autoritarismo e ao abalo das liberdades civis. Ainda que alguns ideais socialistas tenham valor, a realidade humana, marcada pelo ego, pelo desejo de poder e pelas diferenças culturais, dificulta a instauração de um sistema que elimine por completo as desigualdades. Portanto, em vez de perseguirmos uma utopia inatingível, talvez o caminho mais realista seja buscar um modelo que reduza as desigualdades dentro dos limites da liberdade individual e de um Estado democrático. Tal como propõe John Rawls, um autor que estranhamente não é citado pelos políticos de esquerda, com o seu princípio da diferença: a distribuição da riqueza e do rendimento, na sociedade, deve ser igual, a menos que a desigualdade traga benefícios para todos. Isto é, a desigualdade deverá beneficiar os mais desfavorecidos, evitando os perigos do socialismo igualitário já referido, distribuição equitativa independentemente das diferenças, e promovendo um princípio qualificado de igualdade: as diferenças seriam admissíveis enquanto revertissem a favor do equilíbrio global.



Alexandrina Vieira

